

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

JOÃO DANIEL BOVE GOMES DE SOUZA

**LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – LEI 11.438/2006, RESULTADOS DA
IMPLEMENTAÇÃO NA FORMAÇÃO DE ATLETAS DO PARADESPORTO
NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES - ANDE**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

JOÃO DANIEL BOVE GOMES DE SOUZA

LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – LEI 11.438/2006, RESULTADOS DA
IMPLEMENTAÇÃO NA FORMAÇÃO DE ATLETAS DO PARADESPORTO NA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES - ANDE

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de
Administração Pública e de Empresas para
obtenção do grau de Mestre em Administração
Pública.

Orientador: Professor Dr. Fernando Guilherme
Tenório

Rio de Janeiro - 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Souza, João Daniel Bove Gomes de

Lei de incentivo ao esporte – Lei 11.438/2006, resultados da implementação na formação de atletas do paradesporto na associação nacional de desporto para deficientes - ANDE / João Daniel Bove Gomes de Souza. – 2021.

94 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientadora: Fernando Guilherme Tenório

Inclui bibliografia.

1. Políticas públicas. 2. Atletas com deficiência. 3. Associação Nacional de Desporto para Deficientes (Brasil). I. Tenório, Fernando Guilherme. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 796.087

JOÃO DANIEL BOVE GOMES DE SOUZA

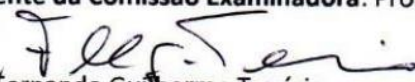
“LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – LEI 11.438/2006, RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO NA FORMAÇÃO DE ATLETAS DO PARADESPORTO NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES - ANDE”.

Trabalho de conclusão apresentado(a) ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública do(a) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas para obtenção do grau de Mestre(a) em Administração Pública.

Data da defesa: 12/02/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Presidente da Comissão Examinadora: Prof^o Fernando Guilherme Tenório



Fernando Guilherme Tenório
Orientador


Roberto da Costa Pimenta
Membro Interno


Ivaldo Brandão Vieira
Membro Externo

Em cumprimento Lei nº 13.979 de 06/02/20 - DOU nº 27 de 07/02/20, a Portaria MEC nº 473 de 12/05/20 - DOU nº 90 de 13/05/20 e ao Decreto nº.068 de 11/05/20 - Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, DOE nº 082-A em 11/05/20 que dispõe sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas presenciais e a utilização de recursos tecnológicos (em conformidade à legislação vigente), face ao COVID-19, as apresentações das defesas de Tese e Dissertação, de forma excepcional, serão realizadas de forma remota e síncrona, incluindo-se nessa modalidade membros da banca e discente.


Flavio Carvalho de Vasconcelos
Diretor


Antonio de Araujo Freitas Junior
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação FGV
Antonio Freitas, PhD
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação
Fundação Getúlio Vargas

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

DEDICATÓRIA

“A todos os professores da Ebape - FGV, que tão importantes foram nesta etapa de minha vida e essenciais para o desenvolvimento deste trabalho e objetivo pessoal à minha carreira.”

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos não poderiam deixar de serem feitos às pessoas importantes que possibilitaram a conclusão desse trabalho.

Começo pela minha família, destacando a minha esposa Nália Germani, que manteve a paz e segurança para que eu mantivesse os esforços e concentração necessários ao desafio que tracei em minha carreira, o meu filho amado, Gael Bove de Souza Germani, fonte de inspiração ao meu crescimento profissional e pessoal, os Professores Doutores Ivaldo Brandão e José Fernandes Filho, pela atenção e participação, fornecendo seus conhecimentos e disponibilidade para execução da pesquisa.

Agradeço, em especial, ao professor Fernando Guilherme Tenório, meu orientador, que com nossas conversas objetivas e muito elucidantes, promoveu o ambiente necessário e confortável para o desenvolvimento do trabalho planejado.

Jamais poderia esquecer da ANDE, na figura do seu Diretor Técnico Leonardo Baideck, caminhando junto à obtenção dos dados e abrindo a Instituição sempre com toda gentileza e interesse no resultado.

RESUMO

Objetivo – Este estudo visa saber quantos atletas medalhistas nas modalidades de responsabilidade da Associação Nacional de Desporto para Deficientes – ANDE e consequentemente membros desta entidade tiveram o seu primeiro contato com a atividade esportiva oriunda de projetos da Lei de incentivo ao esporte; Lei nº 11.438 de 2006.

Metodologia – O presente trabalho foi feito no modelo de estudo de caso, utilizando a população da Associação Nacional de Desportos para deficientes. Foi produzido uma anamnese pela *Plataforma Google Forms* e enviado via *WhatsApp* para todo quadro de atletas. O montante de resposta foi de 143 indivíduos de ambos os sexos. Após a fase de coleta de respostas os dados foram compilados numa tabela de *Excel* e trabalhados para responder os questionamentos da pesquisa.

Resultados – Após os dados trabalhados verificamos a existência de 14 atletas medalhistas no nosso objetivo, essa quantidade correspondeu a 34% de toda população medalhista da Instituição, ou seja, mais de 1/3 do resultado da ANDE é obtido por atletas beneficiados do programa.

Limitações – A principal limitação foi a crise sanitária ocorrida no período de coleta de dados, fato este que forçou o pesquisador a diminuir o recorte metodológico antes projetado. Todo estudo foi feito de maneira online e à distância suprimindo a fase de entrevistas que havia sido planejado. Outro fator foi a total desorganização do setor responsável pela gestão do programa, forçando o autor a pesquisar um a um, via Google e telefone, para confirmação do real benefício ao projeto identificado na anamnese.

Contribuições Práticas – Os resultados demonstraram o peso da política de assistência na performance e resultado dos atletas.

Contribuições Sociais – Os resultados encontrados servem para afirmar a eficácia do programa como garantidor do esporte como direito social.

Originalidade – As revisões nas plataformas de pesquisa não encontraram pesquisa com tema direcionado a população desse estudo, ou a atletas típicos.

Palavras – chave: Política Pública; Lei de incentivo; Atleta Paralímpico.

Categoria do artigo: Dissertação de Mestrado / Artigo Original.

ABSTRACT

Purpose – This study aims to find out how many medal athletes in the modalities of responsibility of the National Association of Sport for the Disabled - ANDE and consequently members of this entity had their first contact with the sporting activity originated from projects of the Law of incentive to sport; Law No. 11,438 of 2006.

Design/Methodology – The present work was done in the case study model, using the population of the National Sports Association for the disabled. An anamnesis was produced by the Google Forms Platform and sent via WhatsApp to all athletes. The response amount was 143 individuals of both sexes. After the response collection phase, the data were compiled into an Excel table and worked on to answer the research questions.

Findings – After the data worked, we verified the existence of 14 medal athletes in our goal, this amount corresponded to 34% of the entire medal population of the Institution, that is, more than 1/3 of the ANDE result is obtained by athletes benefited from the program.

Research limitations – The main limitation was the health crisis that occurred during the data collection period, a fact that forced the researcher to reduce the methodological approach previously projected. The entire study was done online and at a distance, eliminating the interview phase that had been planned. Another factor was the total disorganization of the sector responsible for managing the program, forcing the author to search one by one, via Google and phone, to confirm the real benefit to the project identified in the anamnesis.

Practical implications – The results demonstrated the weight of the assistance policy in the performance and results of the athletes.

Social implications – The results found serve to affirm the effectiveness of the program as guarantor of sport as a social right.

Originality – The reviews in the research platforms did not find research with a theme directed to the population of this study, or to typical athletes.

Keywords: Public Policies; Incentive Law; Paralympic Athletes.

Paper category: Master Dissertation / original article.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE	41
FIGURA 2 - ORGANOGRAMA ME 2003	42
FIGURA 3 - DESENHO DE COMPETÊNCIAS S.E.	43
FIGURA 4 - DESENHO DE COMPETÊNCIAS SNEAR.....	44
FIGURA 5 - DESENHO DE COMPETÊNCIAS SNEELIS	45
FIGURA 6 - FLUXOGRAMA LIE (2018)	58

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- QUANTITATIVO MODALIDADES.....	76
GRÁFICO 2 - ORIGEM DO ATLETAS	77
GRÁFICO 3 - QUANTITATIVO SEXO.....	78
GRÁFICO 4 - QUANTITATIVO MEDALHISTAS	79
GRÁFICO 5 - RELAÇÃO LIE FORMAÇÃO DE MEDALHISTAS ANDE.....	80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CATEGORIAS BOLSA ATLETA.....	37
TABELA 2 - CATEGORIAS BOLSA ATLETA.....	38
TABELA 3 - COMPARATIVO: MODALIDADES OLÍMPICA E PARAOLÍMPICA X NÃO OLÍMPICAS E NÃO PARAOLÍMPICAS	39
TABELA 4 - CRONOGRAMA DE LEIS	40
TABELA 5 - ÚLTIMOS MINISTROS	46
TABELA 6 - QUADRO DE MEDALHAS OLÍMPICAS	68
TABELA 7 - Nº DE ATLETAS PARTICIPANTES	75
TABELA 8 - PERFIL DOS ATLETAS	76
TABELA 9 - ATLETAS MEDALHISTAS DA ANDE	78
TABELA 10 - MEDALHISTAS DA ANDE BENEFICIADOS PELA LIE	79

LISTA DE SIGLAS

ANDE - Associação Nacional de Desporto de Deficientes
ABRADECAR - Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas
ABCD - Associação Brasileira de desportos para Cegos
ABDA - Associação de desportos para amputados
CBDS - Confederação Brasileira de Desportos para Surdos
CEDN — Comissão Especial de desenvolvimento Nacional
CENESP - Centro Nacional de educação especial
CEU—Centro de artes e esportes unificadas
CDDB—Conselho Nacional do Desporto Brasileiro
CNE — Conselho Nacional de Esportes
CND — Conselho Nacional de Desporto
COB—Comitê Olímpico Brasileiro
CPB—Comitê Paralímpico Brasileiro
DEF- departamento de educação física
FAAD—Federação das Associações dos atletas Profissionais
IPC – Comitê Paraolímpico Internacional
LIE — Lei de Incentivo ao Esporte
INDESP — Autarquia Federal responsável pelo desenvolvimento do esporte Brasileiro
PLS — Projeto de Lei do Senado
PAC—Programa de aceleração do crescimento
PCD – Pessoa com deficiência
PNE- Plano Nacional do Esporte
SEDES/PR - Secretaria de desportos da Presidência da República
SE—Secretaria Executiva
SEPS - Secretaria de ensino de 1° e 2° Graus
SNEAR—Secretaria Nacional de esporte de alto rendimento
SNEELIS—Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
STJD – Supremo Tribunal de Justiça Desportiva.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	17
1.2	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
2.1.1	<i>A renúncia fiscal como política.....</i>	<i>23</i>
2.2	LEGISLAÇÃO	24
2.2.1	<i>Lei Mendes Thame – Lei nº 7.752/1989</i>	<i>24</i>
2.2.2	<i>Lei Zico – Lei nº 8.672/1993</i>	<i>26</i>
2.2.3	<i>Lei Pelé – Lei nº 9.615/1998</i>	<i>28</i>
2.2.4	<i>Lei Maguito Vilela – Lei nº 9.981/2000</i>	<i>33</i>
2.2.5	<i>Lei Agnelo Piva – Lei nº 10.264/2001</i>	<i>34</i>
2.2.6	<i>Lei do Bolsa Atleta – Lei 10.891/2004</i>	<i>35</i>
2.3	O MINISTÉRIO DOS ESPORTES	41
2.4	AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DO ESPORTE	46
2.5	DO PROJETO AO INSTRUMENTO LEGAL	50
2.5.1	<i>Processo de solicitação e aprovação do Benefício da LIE</i>	<i>53</i>
2.6	O PARADESPORTO.....	61
2.6.1	<i>Associação Nacional de Desporto para Deficientes – ANDE</i>	<i>67</i>
3	ABORDAGEM METODOLÓGICA	73
4	ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS PELA ANAMNESE.....	75
4.1	MEDALHISTAS DA ANDE ORIUNDOS DE PROJETOS BENEFICIADOS PELA LIE.	79
4.2	ATLETAS MEDALHISTAS DA ANDE PROVENIENTES DE PROJETOS SÓCIO ESPORTIVOS NÃO BENEFICIADOS PELA LIE	80
4.3	A LIE, A ANDE E O PARADESPORTO.	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo ocorreu nos dois primeiros anos do Presidente Jair Bolsonaro, dessa maneira, somos impactados por novas perspectivas de gestão e, conseqüentemente, novas diretrizes em relação aos assuntos econômicos, sociais e de saúde. É notório que a nova gestão Federal, assumiu o poder com a necessidade de cumprir sua agenda de campanha e, principalmente, de dar a resposta aos seus eleitores, com isso, já era possível imaginar que haveria o declínio do foco e das ações junto aos problemas e demandas sociais.

Programas sociais vêm sendo enfraquecidos e novas políticas públicas de assistência, realizadas por meio de ação direta do Governo, parecem ter saído da agenda do Presidente Bolsonaro, dessa maneira observou-se a necessidade de analisar uma política pública com um tempo de execução moderado de quatorze anos, com resultados expressivos no contexto de captação de recursos para o setor, porém, com resultados ainda em contestação quanto ao seu objetivo principal.

Esta pesquisa se desenvolve no ambiente do esporte, mais precisamente, do esporte de alto rendimento voltado às pessoas com deficiência. Analisamos o processo de implementação e seus resultados gerados pelo programa para financiamento do esporte no país, conhecido como Lei de Incentivo ao esporte 11438/2006 (BRASIL, 2006).

Com o objetivo de trazer o mercado privado de empresas com grande potencial financeiro para o fomento das atividades esportivas, seja ela iniciante ou profissional, o Estado promoveu, através do instrumento legal, a utilização dos incentivos fiscais com utilização de parcela do imposto de renda, devido por essas empresas, para que elas assim pudessem financiar projetos esportivos auferindo as vantagens de marketing e responsabilidade social oriunda do gesto patrocinador.

Devido aos fatores ocorridos pela crise sanitária que aconteceu no ano de 2020, ou seja, o distanciamento social denominado *lockdown* que levou os atletas a treinarem em suas casas, não foi possível uma coleta de dados

amplos junto aos atletas do Comitê Paralímpico Brasileiro. Dessa forma, a coleta dos dados de pesquisa foi readequada para os atletas de uma confederação paralímpica para obtenção dos dados específicos e relevantes ao processo. Sendo assim, fomos direcionados a utilizar como sítio de pesquisa a Associação Nacional de Desportos para Deficientes (ANDE). Em virtude dessa alteração, foi utilizado o método do estudo de caso, para respondermos à pergunta de pesquisa.

Devido à necessidade da promoção de uma política pública de inclusão, o Governo Federal utilizou o dispositivo constitucional para promoção de políticas públicas com esse objetivo. Dessa ação tivemos o surgimento das leis de incentivo que promoveram acesso à cultura, ao esporte, à saúde, captando recursos oriundos do mercado, através de renúncia fiscal, redirecionando para projetos que tenham como objetivo o fomento às atividades mencionadas.

A Lei de nº 11.438/2006, Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), segundo Echer (2014, não paginado):

A lei de Incentivo ao Esporte é um importante instrumento de efetivação de direitos sociais, pois prevê a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas destinarem uma parcela do imposto de renda devido em benefício de projetos esportivos e paradesportivos elaborados por entidades do setor, estimulando, assim, uma participação mais efetiva de todos os entes sociais, por intermédio de ações diversas, engajados em um trabalho conjunto entre governo e sociedade.

Ainda sobre a LIE, todos os recursos investidos são de natureza política, não privados. No entanto, a decisão sobre quais políticas receberão contribuições financeiras suficientes do mercado é feita de forma privada. O Estado não é um agente na definição de políticas efetivamente implementadas, ou seja, perde seu papel político na definição de políticas públicas esportivas para receber recursos do Estado. Almeida (2001) pontua que os benefícios tributários da renúncia fiscal a pessoas são vistos como uma política pública governamental em que o protagonista é o setor privado.

O autor John Rawls segundo sua obra, conhecida como Teoria de Rawl's, afirma que é necessário promovermos uma distribuição ordenada de recursos visando o reequilíbrio de oportunidades aos menos favorecidos, postura defendida pelos autores Flew (2014) e Silveira (2009). Em vista dessa

carência de assistência social, os Governos que antecederam a gestão atual promulgaram leis, que em virtude da necessidade da sociedade em diminuir os efeitos da desigualdade, se tornaram programas da agenda federal.

Programas de benefícios ficaram conhecidos como programas de incentivos federais, que em torno do seu processo, promoveria benefícios de renúncia fiscal às empresas e aos cidadãos que decidissem apoiar alguma causa pertencente ao programa.

As Pessoas com Deficiências (PcD) utilizam o esporte como ferramenta de inclusão e muitas vezes o esporte se torna parte do cotidiano desse indivíduo, concedendo à ele uma nova forma viver, aceitando sua condição de deficiência. Nesse contexto ocorre o surgimento e o desenvolvimento de talentos nas modalidades do esporte, que com o apoio correto e orientação se tornam essas pessoas em atletas profissionais em busca de altas performance.

Os projetos sócio esportivos têm sua importância na descoberta, apresentação e desenvolvimento da atividade esportiva aos PcD que lá obtém sua iniciação ou sequência de treinamento.

Nesse cenário, essa pesquisa se propõe a descobrir qual a relação da Lei de incentivo ao Esporte na formação de Paratletas, membros da ANDE, medalhistas de alto rendimento?

O objetivo principal deste estudo visa saber quantos atletas medalhistas do paradesporto nas modalidades de responsabilidade da Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE) e, conseqüentemente, membros desta entidade, tiveram o seu primeiro contato com a atividade esportiva oriunda de projetos da Lei de incentivo ao esporte, a Lei nº 11.438 de 2006 (BRASIL, 2006).

Os objetivos específicos que norteiam este trabalho são:

- a) Quantificar os medalhistas existentes na Ande oriundos de projetos sócio esportivos beneficiados pela LIE;
- b) Quantificar os atletas, provenientes de projetos sócio esportivos que não são beneficiados pela LIE, também detentores de medalhas, configuram quadro da ANDE;

- c) Estabelecer a importância da política pública em relação ao surgimento de atletas medalhistas da ANDE.

Esse estudo visa complementar outras pesquisas na área de políticas públicas voltadas ao esporte, mais precisamente, delimitando o grupo de atletas paradesportivos medalhistas nas modalidades gerenciadas pela ANDE, procurando melhor entender a relação entre a formação desses atletas com a dependência do Estado.

Segundo Reginatto e Souza (2016) concluíram que a distribuição de recursos para as atividades esportivas, sejam elas, esporte educacional, introdução ao esporte ou alto rendimento, são mal distribuídos nas regiões norte, nordeste, sul, sudeste e central, gerando uma grande discrepância beneficiando a região sudeste. Já Matias e outros autores (2015), tiveram em seu resultado de pesquisa que a LIE não atingiu aos seus objetivos devido a destinação dos recursos sendo feitas pelo Mercado Privado. Bastidas e Bastos (2011) relata o fomento à formação de atletas por meio de projetos sócio esportivos que se utilizam dos benefícios da LIE. Santos, Juchem e Maduro (2017) descrevem que a LIE seria uma política pública que, mais uma vez, não atende a todas as regiões do País igualmente promovendo a manutenção do *Status Quo* da distribuição de recursos federais.

Buscamos verificar a eficiência dentro do cenário do Paradesporto, a quantidade de atletas que se beneficiaram analisando o financiamento público com destinação privada. Esse estudo pretende preencher uma lacuna na literatura sobre políticas públicas no esporte.

Em virtude dos estudos realizados anteriormente, essa pesquisa se propôs a destacar a importância de políticas públicas bem elaboradas na área do esporte PcD e a apresentar o perfil do atleta membro da ANDE, deste modo, também, proporcionou à instituição um mapeamento desses indivíduos.

1.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Na parte inicial desta pesquisa, apresentaremos a importância do financiamento público para formação de futuros atletas medalhistas com a colocação do Brasil nas maiores posições do ranking mundial, tal qual a relevância de políticas públicas eficazes ao fomento do Paradesporto.

O Paradesporto como enorme ferramenta de inclusão e empoderamento pessoal, precisa de todas as forças para sua manutenção e, conseqüentemente, para o desenvolvimento desses indivíduos que acham no esporte uma saída para suas debilidades, nos mostrando, na maioria das vezes, a superação de limites jamais imaginados.

Ainda no primeiro capítulo, demonstraremos a delimitação do estudo, com as conseqüentes mudanças do quadro político e estrutural do Governo Federal, ação que envolveu diretamente a gestão da política avaliada. Importante nesse capítulo é a descrição do sítio de pesquisa – ANDE e a relação do treinamento de alta intensidade com o engajamento a anamnese proposta.

O capítulo 2 é composto pelo referencial teórico e o capítulo 3 descreve a metodologia e as ações efetuadas para responder aos objetivos específicos, respeitando as prerrogativas do método de estudo de caso, um formato de fácil replicação em estudos futuros.

Dando sequência, os resultados obtidos estão compartilhados no capítulo 4 onde se apresenta a análise de comparação dos dados obtidos sendo sequenciados pelas considerações finais do presente estudo, cuja conclusão, fica expressa no capítulo 5 do estudo.

1.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O instrumento será produzido enquadrando o primeiro decênio a partir da promulgação da Lei 11.438/2006 até o evento Rio 2016. Estabelecendo a janela de 2007 até 2016, com três eventos Paraolímpicos e conseqüentes preparações de delegações para a competição, analisando a relação entre a LIE e a formação de atletas paraolímpicos

Com a dissolução do antigo Ministério dos Esportes, os registros de projetos beneficiados pela LIE podem estar deficitários para análise no período

em que se decorre o estudo, associado ao quadro de pandemia e, consequentemente, o quadro administrativo burocrático esta, em sua maioria, no trabalho remoto.

Foi escolhido o ambiente da ANDE no Rio de Janeiro, com sede administrativa na Rua Antônio Batista Bitencourt, 17 - sala 201 - Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ, 22640-100 para sítio da pesquisa. Possui como missão o esporte de alto rendimento para atletas com paralisia cerebral. Tem a responsabilidade de administrar a Bocha, o futebol PC e a Petra (Race Running) no Brasil, organizando as competições regionais e nacionais.

Apesar do período de pandemia, a preparação e o treinamento dos membros para competições, no que tange o público-alvo, permitiu alcançar um número de indivíduos satisfatório para análise e tratamento dos dados obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo relataremos, através de uma revisão de literatura em renúncia fiscal, o pilar fundamental das Leis de incentivos existentes e demonstraremos o processo de criação e as ações necessárias para solicitação dos benefícios da Lei de Incentivo ao Esporte, seus atores envolvidos. Também apresentaremos uma revisão da literatura sobre o cenário Paradesportivo Brasileiro.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Saravia e Ferrarezi, o conceito de política pública é definido da seguinte forma:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 28).

Esse conjunto de estratégias direcionam algumas finalidades, que promovem a consolidação da democracia, da justiça social, manutenção do poder. Tais ações formulam o escopo e desenvolvimento de determinadas políticas.

Um sistema de decisões públicas em forma de ações ou omissões, prevenido e corrigindo, destinadas a manter ou modificar a realidade dos setores da vida social, definindo objetivos estratégias de atuação com gestão e alocação dos recursos para confirmação da eficácia dessa política. (SARAVIA; FERRAREZI, 2006).

Já o autor Villanueva argumenta:

Quem, como e por que poder político vinculante coletivamente, na base e talvez fora da autoridade estatal formalmente constituída, tem sido a questão central e também suspeita da ciência política-sociologia.

Nessa perspectiva, as políticas públicas, supostamente elaboradas na interação entre poderes do Estado e liberdades civis - gestos fantasmas da filosofia arcaica a política, diz-se, não é uma exceção, mas uma externalização específica do próprio jogo real dos poderes sociais e de seus interesses exclusivos. (VILLANUEVA, 1992, p. 8).

Mencionando a teoria do caos, verificamos a proximidade quando falamos sobre políticas públicas, defendido pelos autores Cohen, March e Olson (1972) e Saravia e Ferrarezi (2006) em que as preferências problemáticas, as tecnologias não claramente específicas com a participação fluida são características predominantes das instituições do Executivo, essas teorias aparecem como as mais próximas de uma visualização da dinâmica social, definida pelos autores citados como "anarquia organizada".

Apesar da ideia de modelo anárquico, o sistema racional de análise ainda se sobrepõe na vigência e aparece defendido por alguns autores. Segundo Hill:

o poder e a habilidade do "sistema racional" para sobreviver, se considerarmos que os seus pressupostos foram minados pelos estudos empíricos do processo de política e que sua capacidade de prever é irregular. A principal explicação para sua continuada existência deve estar no *status* de modelo normativo e no mito dignificado que é frequentemente compartilhado pelos formuladores de política. (HILL, 1993, p. 7).

Notamos, no modelo racional, a contribuição de conforto para o pesquisador, a permissão para melhor aprofundamento no debate com esses formuladores de política, valorizando as informações desses pesquisadores, os elaboradores da política caminham aos melhores resultados. (COHEN; MARCH; OLSON, 1972; SARAVIA; FERRAREZI, 2006)

Aprofundando a discussão no tema políticas públicas, destacamos a abordagem de múltiplos fluxos, defendida pelo autor John Kingdon, que concentra sua atenção no modo e motivação que alguns problemas recebem atenção e outros não. Utilizando a conhecida "janela de oportunidades" aproxima uma visão sequencialista de políticas públicas, com lógicas distintas, previsíveis ou não, que se encontram em diferentes momentos sendo eles propícios a ação do formulador dessas soluções. Dessa maneira foca sua preocupação no processo decisório no âmbito dos poderes Executivo ou Legislativo. (SARAVIA; FERRAREZI, 2006; SILVA, 2018).

Interessante comentar a proximidade do modelo comentado com o modelo "Garbage Can" defendido pelos autores Cohen, March e Olsen (1972).

Na abordagem de Múltiplos fluxos, analisam-se tanto o problema e como ele se torna conhecido da agenda governamental quanto a exigência de decisões no sentido de alteração do quadro. Com a ferramenta de indicadores, eventos-foco (crises, acidentes) e a resposta de programas e ações do governo.

Um problema passa a ser reconhecido pela agenda, quando esta situação necessita de alguma ação para ser dissuadida ou tratada. Apesar deste cenário, problemas podem ser retirados da agenda governamental por estarem sendo tratados (políticas em curso), frustração no processo de soluções, não encontrando ferramentas eficazes ou até mesmo pelas mutações correntes da condição analisada ou aparecimento de assunto mais relevante assumindo protagonismo na agenda dos tomadores de decisão.(SILVA, 2018).

Segundo Saravia e Ferrarezi (2006), define-se as etapas num processo de política pública em sete etapas:

- 1) Inclusão na Agenda - inclusão determinado pleito ou necessidade social na agenda governamental;
- 2) Elaboração – identificação e delimitação de um problema atual e possíveis alternativas para solução, avaliação de custos e efeitos e estabelecimentos de prioridades;
- 3) Formulação – criação da alternativa mais conveniente com determinação dos objetivos a serem alcançados somados aos instrumentos jurídicos, administrativos e financeiros;
- 4) Implementação – formado pelo planejamento do que foi definido como administrativo e financeiro para execução do proposto como política;
- 5) Execução – conjunto de ações proposto a atingir o objetivos traçados no planejamento;
- 6) Acompanhamento – supervisão do processo da atividade realizada;
- 7) Avaliação – consiste na mensuração e análise, a *posteriori*, dos efeitos produzidos (*outputs*).

2.1.1 A renúncia fiscal como política

A renúncia fiscal faz parte das estratégias brasileiras de financiamento nas quais o governo distribui parte dos impostos devidos de uma empresa (o que significa que há uma perda de receita) para que possa investir em áreas designadas por lei. Reginatto e Souza (2016), com base em outros autores, concluem que os incentivos e isenções existem para conduzir os recursos provenientes da tributação ao exercício do interesse público, por meio de projetos e instituições comprometidas em assim realizá-lo.

De acordo com o art. 151 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 “é admitido à União [...] a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País” (BRASIL, 1988, não paginado).

Verificamos, portanto, que a tendência é que a empresa se projete, para além do ambiente produtivo, para atingir positivamente a sociedade com o desenvolvimento das ações de responsabilidade social, as quais consistem basicamente na iniciativa espontânea das empresas visando contribuir para a modificação do contexto social. Os autores Karkotli (2004) e Sólío (2013) defendem que é necessário que a empresa desenvolva a cultura da responsabilidade social incorporada às suas finalidades precípuas, principalmente na imagem a ser projetada no cenário concorrencial e econômico, pois desenvolver programas sociais apenas para divulgar a empresa, ou como forma compensatória, não traz resultados positivos que sirvam de sustentabilidade para esses projetos, pois a intenção precípua não consiste exatamente em modificar o cenário social, mas sim em obter vantagens mercadológicas das práticas sociais.

Os autores Reginatto e Souza, (2016) conceituam a responsabilidade social como toda e qualquer ação que de alguma forma possa melhorar a qualidade de vida da sociedade, permitindo que as organizações demonstrem a sua preocupação por meio de projetos sociais. Igualmente, segundo o autor, frente à globalização, às novas realidades, novos paradigmas, as empresas estão assumindo um papel mais amplo na sociedade, transcendendo seu

objetivo básico de gerador de riquezas, e voltando-se cada vez mais para o social, para a promoção do bem-estar da sociedade como um todo, isto é, para o investimento social.

Segundo Manual completo da Lei de Incentivo ao Esporte (REZENDE, 2012), o Proponente, o Projeto Desportivo/Paradesportivo é o conjunto de ações organizadas e sistematizadas por entidades de natureza esportiva, destinado à implementação, à prática, ao ensino, ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento do desporto ou paradesporto, atendendo a pelo menos uma das manifestações desportivas previstas no art. 4º do Decreto 6.180/2007. (BRASIL, 2007).

2.2 LEGISLAÇÃO

A seguir, apresentaremos leis estabelecidas em torno do esporte.

2.2.1 Lei Mendes Thame – Lei nº 7.752/1989

O esporte é um direito social assegurado pela Constituição Brasileira de 1988, segundo seu Art. 217,

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (BRASIL, 1988, não paginado).

O projeto da LIE foi baseado na evolução dos instrumentos legais que no momento histórico já estavam em exercício no país. Devemos citar que grande precursor das iniciativas legais foi a Lei Mendes Thame - Lei Nº 7.752/1989 (BRASIL, 1989) que sendo a primeira lei de financiamento esportivo do país através da renúncia fiscal estabeleceu as três modalidades de apoio: doação, patrocínio e investimento. A primeira modalidade tratava de transferência de bens ou dinheiro às entidades esportivas, porém sem retorno

econômico ou publicitário. Permitindo a dedução do valor integral dos valores submetidos. O patrocínio definia-se pela promoção do fomentador de recurso, mas sem proveito financeiro ou patrimonial direto, sendo permitida a dedução de 80% do valor submetido/patrocinado. Na modalidade investimento permitia todo retorno econômico/financeiro dos valores investidos, promovendo apenas 50% da dedução deste respectivo valor. (BRASIL, 1989; DINIZ, 2016).

Esse instrumento se tornava uma forma contestada, pois permitia, nas modalidades de patrocínio e investimento, que o apoiador acumulasse 5% a mais de renúncia do montante submetido, ou seja, ao longo de quatro anos o valor seria dedutível em cem por cento, se equiparando à modalidade de doação, promovendo todo o financiamento da atividade através de recurso público oriundo de renúncia fiscal.

A lei Mendes Thame (Lei Nº 7.752/1989) no seu art. 2º aplicou suas áreas de intervenção. Que apesar de foco no esporte amador apresentava também estímulos ao esporte de rendimento.

Art. 2º Para os objetivos da presente Lei, consideram-se atividades desportivas:

- I - a firmação desportiva, escolar e universitária;
- II - o desenvolvimento de programas desportivos para o menor carente, o idoso e o deficiente físico;
- III - o desenvolvimento de programas desportivos nas próprias empresas em benefício de seus empregados e respectivos familiares;
- IV - conceder prêmios a atletas nacionais em torneios e competições realizados no Brasil;
- V - doar bens móveis ou imóveis a pessoa jurídica de natureza desportiva, cadastrada no Ministério da Educação;
- VI - o patrocínio de torneios, campeonatos e competições desportivas amadoras;
- VII - erigir ginásios, estádios e locais para prática de desporto;
- VIII - doação de material desportivo para entidade de natureza desportiva;
- IX - prática de jogo de xadrez;
- X - doação de passagens aéreas para que atletas brasileiros possam competir no exterior; XI - outras atividades assim consideradas pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 1989, não paginado).

Como fato histórico temos na data de 13 de março de 1990, a instrução normativa 31 da Secretaria de receita Federal normatizando as formas de apoio ao financiamento privado no âmbito esportivo. Porém logo depois da posse do novo Presidente da República, Fernando Collor de Mello (PRN/AL),

foi publicada a medida provisória N°61, alterando a legislação sobre a renda e suspendendo os incentivos fiscais sem prazo determinado. (DINIZ, 2016).

Ainda segundo Diniz (2016), o embasamento da Lei Mendes Thame foi, em grande parte, na Lei N° 6.252/1975, a qual era conhecidamente defasada e atrasada no assunto do desenvolvimento esportivo. Sendo assim, era necessária uma maior discussão no que visava as ações e política de financiamento do esporte.

A formulação da medida provisória 150, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências, expõe em seu artigo 14°:

Art. 14. A Secretaria dos Desportos, com a finalidade de planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do desporto no País, de acordo com a Política Nacional de Educação Física e Desportos, e prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades nacionais dirigentes dos desportos, tem a seguinte estrutura básica:

I - Conselho Nacional dos Desportos;
II - Conselho de Administração do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional;
III - Departamento de Desporto Formal e Não Formal;
IV - Departamento de Desporto para Portadores de Deficiência.
(BRASIL, 1990, não paginado).

No âmbito esportivo ainda devemos comentar a existência de dois marcos como a norma geral do esporte, conhecida como Lei Zico - Lei N° 8.672/1993 (BRASIL, 1993) e a Lei Pelé - Lei N° 9.615/1998 (BRASIL, 1998).

2.2.2 Lei Zico – Lei n° 8.672/1993

A Lei n° 8.672/1993, conhecida como Lei Zico, foi sancionada com o objetivo de estabelecer normas gerais sobre o desporto e outras providências. Foi ferramenta considerável para o cumprimento do artigo 217, Seção III, Do Desporto, da Constituição federal de 1988:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:
I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BRASIL, 1988, não paginado).

Tal instrumento iniciou as discussões no ambiente esportivo nacional na relação entre atletas e clubes. A Lei Zico estabeleceu em si uma visão mais detalhada do que seria considerado Desporto:

Art. 3º O desporto como atividade predominantemente física e intelectual pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer; II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente; III - desporto de rendimento, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com outras nações.

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado por remuneração pactuada por contrato de trabalho ou demais formas contratuais pertinentes; II - de modo não profissional, compreendendo o desporto:

a) semiprofissional, expresso pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho; b) amador, identificado pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais. (BRASIL, 1993, não paginado).

Esse rompimento do *status quo* foi defendido pelo autor Santos Silva (2008) aumentando as expectativas de melhoria na política de esporte do Estado Brasileiro.

A demonstrada Lei Zico aparece no cenário nacional apontando para a retirada da visão centralizadora do estado com suas interferências repassando essa administração para a gestão privada de instituições desportivas e federais de administração da modalidade profissional sob a responsabilidade de sociedade com fins lucrativos. Vide artigo 11:

Art. 11. É facultado às entidades de prática e às entidades federais de administração de modalidade profissional, manter a gestão de suas atividades sob a responsabilidade de sociedade com fins lucrativos, desde que adotada uma das seguintes formas:

I - transformar-se em sociedade comercial com finalidade desportiva;
II - constituir sociedade comercial com finalidade desportiva, controlando a maioria de seu capital com direito a voto; III - contratar sociedade comercial para gerir suas atividades desportivas.

Parágrafo único. As entidades a que se refere este artigo não poderão utilizar seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais para integralizar sua parcela de capital ou oferecê-los como garantia, salvo com a concordância da maioria absoluta na assembleia geral dos associados e na conformidade dos respectivos estatutos. (BRASIL, 1993, não paginado).

Tal artigo foi considerado a maior evolução na legislação esportiva na época, segundo os autores Diniz (2016) e Santos Silva, (2008).

Outras considerações importantes a respeito da Lei 8.672/1993 foram as caracterizações sobre o profissional do esporte e quem não era profissional, colocando o atleta no foco de referência (DINIZ 2016), extinguiu o Conselho nacional de Desportos e criou o Conselho Superior de Desportos, órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, representava a comunidade desportiva sendo o responsável por se fazer cumprir as determinações e princípios da Lei Zico. Função de grande importância do CSD, promover consultoria e suporte técnico à elaboração do plano Nacional do Desporto, administrar e gerir conflitos, normatizar, criar resoluções que gerem a manutenção dos direitos e iniba os meios ilícitos nas práticas desportivas, aprovar do Código de justiça Desportiva. (BRASIL,1993).

Apesar de hoje o instrumento estar revogado pelo surgimento de outra legislação, em vigor, essa ferramenta preocupou-se mais com o homem atleta na parte social em relação ao mundo esportivo.

2.2.3 Lei Pelé – Lei nº 9.615/1998

Esse instrumento legal, ficou conhecido como a Lei do passe livre, não teve em sua disposição inicial muita diferença da legislação anterior, a Lei Zico, trazendo a similaridade no assunto que tratava dos conceitos, princípios e definições de referência. O importante de ressaltar foi a preocupação mais uma

vez na relação que existia entre os atletas e os clubes, destacando seu apelido a qual ficou conhecida como a lei do passe livre (DINNIZ 2016; BRASIL, 1998). Destacamos algumas iniciativas dessa legislação como a criação do Conselho Nacional do Desporto Brasileiro (CDDB) e do Instituto Nacional do desenvolvimento do desporto (INDESP):

Art. 5º O Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto - INDESP é uma autarquia federal com a finalidade de promover, desenvolver a prática do desporto e exercer outras competências específicas que lhe são atribuídas nesta Lei. (BRASIL, 1998, não paginado).

Em seu artigo 11 a Lei Pelé define o CCDB como o órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, cabendo-lhe:

I - zelar pela aplicação dos princípios e preceitos desta Lei;
 II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto;
 III - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;
 IV - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do Ministério do Esporte;
 V - exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva;
 VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações, com as peculiaridades de cada modalidade. (BRASIL, 1998, não paginado).

A Lei Pelé traz do inciso VII, artigo 11º, em diante, as competências em relação às políticas antidopagem e suas responsabilizações.

De grande relevância ao presente estudo devemos mencionar o artigo 4º, que por sua vez, estabelece a composição e competências do Sistema Brasileiro do Desporto. Aparecendo a presença do Ministério dos esportes, regulamentado pelo texto da Lei Nº 10.672/2003 (BRASIL, 2003) e o Conselho Nacional dos Esportes (CNE), atualizando o instrumento com o aditivo da Lei de Moralização do Esporte que modificam a redação de alguns artigos da Lei Pelé.

Art. 4º; I - o Ministério do Esporte; II - (Revogado). III - o Conselho Nacional do Esporte - CNE; § 2º A organização desportiva do País, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social, inclusive para os fins do disposto nos incisos I e III do art. 5º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. (BRASIL, 2003, não paginado).

O artigo 13º da seção IV da Lei Pelé, atualizado pela Lei 10.672/2003, define a finalidade do Sistema Nacional do Desporto em seu Parágrafo Único:

Parágrafo único. O Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normalização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente.

I - o Comitê Olímpico Brasileiro-COB;

II - o Comitê Paraolímpico Brasileiro;

III - as entidades nacionais de administração do desporto;

IV - as entidades regionais de administração do desporto;

V - as ligas regionais e nacionais;

VI - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores;

VII - a Confederação Brasileira de Clubes. (CONGRESSO NACIONAL, 1998; 2003, não paginado).

Fator de extrema relevância do instrumento legal em discussão, para o presente estudo, está em seu artigo 14º com a criação do Comitê Paraolímpico Brasileiro junto com a criação do Comitê Olímpico Brasileiro definindo as competências e responsabilidades. (BRASIL, 1998).

Apesar de não ser encontrado em nossa revisão de literatura uma riqueza documental sobre autores que discordaram dos benefícios trazidos pela Lei Pelé, decidimos destacar o autor Nilson Ouriques, professor da rede estadual de ensino de Santa Catarina, Mestre em Sociologia Política, que em seu trabalho “O gol contra do rei: a Lei Pelé e suas consequências” de 1999, abordou as consequências oriundas do instrumento legal em discussão, apontando, principalmente, na área do futebol nacional as ocorrências obtidas. Nesse estudo o autor foca na relação entre os clubes esportivos e os indivíduos atletas. (OURÍQUES, 1999).

Os clubes para o Estado simbolizam um dos pilares fundamentais como o sindicalismo vertical e a família, estabelecendo as relações sentimentais e de luta por suas cores e bandeiras por defesa de suas instituições. (BROHM, 1982).

Ainda segundo Brohm (1982) os clubes são, para doutrina nacional, o mediador entre os esportistas e o estado. Qualquer que seja sua classe social, religião ou sexo e a opinião política. No clube que se colocará nas crianças os

valores nacionais sobretudo o sentido social e gosto pela coesão, graças à educação moral pelo esporte.

Na sequência o autor Nilson Ouriques concluiu que os três pontos cruciais que deveriam ser analisados foram: a burocracia esportiva, as grandes empresas nacionais e na relação entre o Estado e o mercado.

Pelo foco da burocracia esportiva, a Lei Pelé e seu processo de aprovação, demonstrou o quanto é intocável esse ponto não foi melhorado como almejado no projeto saindo vitorioso todo o complexo de Ligas, federações e CBF. (OURÍQUES, 1999).

No ambiente das grandes empresas nacionais, foi notório a formação prévia dos clubes que se posicionavam no primeiro e segundo escalão do esporte nacional, estes já estavam procurando se profissionalizar e adaptar-se à nova realidade de clube empresa, uma pressão já antes detectada pelo mercado esportivo em si. Sustentando suas personalidades conservadoras, estes clubes alteraram seus estatutos criando robustas ditaduras reduzindo expressivamente as chances de uma vitória da oposição. No entanto apesar da facilidade dos clubes se adequarem ao processo de profissionalização em direção ao modelo de clube-empresa, o estabelecimento de prazos muito curtos acabou se demonstrando um grande problema para os mesmo, expondo uma fragilidade enorme diante do mercado especulativo e associado às mudanças no processo do passe dos atletas os mesmo clubes foram colocados em posições de extrema desigualdade em relação ao mercado internacional tornando-se presas fáceis para as grandes equipes do exterior. (OURÍQUES, 1999).

Ainda segundo Ouriques (1999), na relação entre o Estado e o mercado, o Estado se rendeu em homenagens ao mercado, internamente patrocinou a ação que logo traria falências as instituições esportivas menores (pequeno e médio porte), reduzindo a base de clubes existentes em nome da centralização do capital e do poder político no esporte. Externamente a abertura do mercado para compra de clubes e jogadores nacionais de grande expressão, configurou uma concorrência desigual entre o mercado nacional para o internacional, tanto

europeus como os novos mercados esportivos emergentes como a Ásia. (OURÍQUES, 1999).

Assim como Marcon (2011) e Ouríques (1999) relatam em seus estudos que existia na Lei Pelé um dispositivo para quebras contratuais, imposta à todo contrato de trabalho dos atletas, incidindo a multa de cem vezes o valor da remuneração anual desse indivíduo, o que gerou uma verdadeira celeuma nos tribunais que ficavam à cargo de decidir os valores pertencentes a cada pessoa envolvida nas negociações. Demonstrado em cada momento da história uma postura diferente dos autores.

Segundo Ouríques (1999), os clubes formadores seriam duramente prejudicado ,e tornavam-se presas fáceis pela desigualdade entre os mercados postulantes , principalmente na modalidade do futebol. Em sua fase mais recente ocorreu um ajuste através da promulgação da Lei 12.395/2011, que definiu novas posições das cláusulas penais, criando dois dispositivos.

A alteração legislativa cria a CLÁUSULA INDENIZATÓRIA DESPORTIVA, devida exclusivamente à entidade de prática desportiva, com o montante de até 2000 (duas mil) vezes o valor médio do salário contratual e institui a CLÁUSULA COMPENSATÓRIA DESPORTIVA, devida exclusivamente ao atleta, com quantia de até 400 (quatrocentas) vezes o valor do salário mensal no momento da rescisão. (MARCON, 2011, p. 26).

Esse novo instrumento legal definiu algumas áreas que dedicavam horas de discussão no judiciário como: direito a horas extras, repouso remunerado semanal, período de contratações e a grande dúvida que pairava entre os tribunais trabalhistas pelo país, definindo o que vinha a ser indenização esportiva e a multa rescisória. A Lei 12.395/2011 (BRASIL, 2011a) estabeleceu direitos aos atletas condizentes ao que fora estabelecido pelas regras trabalhistas em uso no país. (MARCON, 2011).

A partir deste item iremos apresentar instrumentos que vieram a somar no quadro de esporte nacional, muita das vezes, promovendo aditivos, tanto para suprimir artigos das antigas leis em vigência como para suplementá-las.

2.2.4 Lei Maguito Vilela – Lei nº9.981/2000

Diniz (2016), baseado em outros autores, relata que apesar de não trazer grandes mudanças ao cenário nacional a Lei nº9.981 de 14 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), conhecida como Lei Maguito Vilela, surgiu para atualização do cenário esportivo brasileiro, pois devido a criação do Ministério do esporte e Turismo, em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, trouxe de volta o Supremo Tribunal de Justiça Desportiva que nas legislações passadas (Lei Zico e Lei Pelé) estava sem função.

A Lei nº 9.981, em seu artigo 27 define *status* facultativo a transformação das entidades esportivas em pessoas jurídicas com fins econômicos e/ou comerciais, permitindo também a contratação de outra personalidade jurídica para administrar suas atividades profissionais. (BRASIL, 2000).

Já em seu artigo 57 é importante ressaltar a constituição de recursos para fins de assistência social e educacional aos atletas profissionais, “ex atletas” e aos em formação, tais recursos seriam recolhidos para a Federação das Associações de Atletas Profissionais (FAAP). Tal constituição de recurso se deu da forma:

I - um por cento do contrato do atleta profissional pertencente ao Sistema Brasileiro do Desporto, devido e recolhido pela entidade contratante;”
“II - um por cento do valor da cláusula penal, nos casos de transferências nacionais e internacionais, a ser pago pelo atleta;”(NR)
“III - um por cento da arrecadação proveniente das competições organizadas pelas entidades nacionais de administração do desporto profissional;” “IV - penalidades disciplinares pecuniárias aplicadas aos atletas profissionais pelas entidades de prática desportiva, pelas de administração do desporto ou pelos órgãos da Justiça Desportiva. (BRASIL, 2000, não paginado).

Outro avanço relevante, no que se diz respeito a direitos trabalhistas, o artigo 84 apresentou:

Art. 84. Será considerado como efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período em que o atleta servidor público civil ou militar, da Administração Pública direta, indiretamente, autárquica ou funcional, estiver convocado para integrar representação nacional em treinamento ou competição desportiva no País ou no exterior. (BRASIL, 2000, não paginado).

A lei Maguito Vilela definiu alguns atores e estabeleceu um maior comportamento profissional dos atletas, no entanto não destaca o posicionamento necessário as entidades esportivas detentoras dos contratos, esportivos. Estabelece a possibilidade de cobrança em caso de transferências respeitando as cláusulas da Lei Pelé. (SILVA, 2008).

2.2.5 Lei Agnelo Piva – Lei nº 10.264/2001

Outra legislação que não podemos deixar de citar é a Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), conhecida como Lei Agnelo Piva, acrescentou novos dispositivos a Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, instituindo normas gerais sobre o esporte e estabelecendo fontes de recursos ao esporte Olímpico e Paraolímpico.

A Lei Piva em seu artigo 1º define que o caput do art. 56, da Lei nº 9.615/1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI, renumerando-se o seguinte: "

Art. 56.

VI – dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios. (BRASIL, 2001, não paginado).

Apesar de curta, a Lei Agnelo Piva trouxe em seus 3 três artigos definições importantes ao cenário do financiamento esportivo, com a definição da fonte de recursos e suas repartições, estabeleceu o afetamento de uma fração importante do recurso ao "público-alvo" dessa ação. O artigo 2º trouxe em seu texto a divisão de oitenta e cinco por cento destinado ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento para o Comitê Paraolímpico Brasileiro. Desse total dos percentuais divididos outorga a execução de dez por cento do recurso em investimentos no desporto escolar e cinco por cento no desporto universitário. Esta Lei, também, estabelece a necessidade de prestar todas as informações sobre os recursos aos Ministérios da Educação e do Esporte e Turismo, elegendo o Tribunal de Contas da União como fiscal da aplicação dos recursos repassados aos Comitês em questão. (BRASIL, 2001).

2.2.6 Lei do Bolsa Atleta – Lei 10.891/2004

A lei do Bolsa Atleta (BRASIL, 2004a) chegou num momento interessante no cenário nacional, onde estabeleceu, oficialmente, o repasse de recursos em formato de bolsa financeira a atletas reconhecidamente detentores de boas performances, destinado e definidos a nível das confederações responsáveis segundo a artigo 1º:

Art. 1º Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades, a serem feitas de acordo com o art. 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro conforme os valores fixados no Anexo desta Lei, que serão revistos em ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos sobre o tema, observado o limite definido na lei orçamentária anual. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 2º Para efeito do disposto no § 1o, ficam criadas as seguintes categorias de Bolsa-Atleta: (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

I - Categoria Atleta de Base, destinada aos atletas que participem com destaque das categorias iniciantes, a serem determinadas pela respectiva entidade nacional de administração do desporto, em conjunto com o Ministério do Esporte; (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

II - Categoria Estudantil, destinada aos atletas que tenham participado de eventos nacionais estudantis, reconhecidos pelo Ministério do Esporte; (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

III - Categoria Atleta Nacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional, indicada pela respectiva entidade nacional de administração do desporto e que atenda aos critérios fixados pelo Ministério do Esporte; (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

IV - Categoria Atleta Internacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva de âmbito internacional integrando seleção brasileira ou representando o Brasil em sua modalidade, reconhecida pela respectiva entidade internacional e indicada pela entidade nacional de administração da modalidade; (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

V - Categoria Atleta Olímpico ou Paraolímpico, destinada aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos e cumpram os critérios fixados pelo Ministério do Esporte em regulamento; (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011)[...] (BRASIL, 2004a, não paginado).

Uma das principais iniciativas do Plano Brasil Medalhas foi implantar a Bolsa Atleta Pódio, instituída pela lei nº 12.395, de 16 de março de 2011. A Bolsa Pódio é uma nova categoria do programa Bolsa Atleta, com a finalidade de apoiar atletas com chances de disputar finais e medalhas olímpicas e paraolímpicas. As bolsas variam entre R\$ 5 mil e R\$ 15 mil. (REDE NACIONAL DO ESPORTE, 2020, não paginado).

A bolsa Pódio veio compor as modalidades do programa elevando os patamares de bolsa quanto aos valores praticados, seu mecanismo se dava pela indicação das confederações esportivas e aprovação dos Comitês respectivos Paraolímpico ou Olímpico do seu devido plano esportivo. Logo após esse processo seu nome é publicado no diário oficial, com permanência de 12 meses a bolsa só é reavaliada ao final desse período. (REDE NACIONAL DO ESPORTE, 2020).

Fato interessante foi a iniciativa pioneira dos atletas Paraolímpicos, sendo os primeiros ao envio de seus planos esportivos, conseguiram as primeiras aprovações. Dessa maneira a Presidente Dilma Rousseff, recebeu no Palácio do Planalto no dia 2 de agosto de 2013, a primeira delegação beneficiada pelo Bolsa Pódio. (REDE NACIONAL DO ESPORTE, 2020).

A carta Magna de 1988 definiu princípios constitucionais relativos a destinação de recursos, mais precisamente nos seus artigos II e III de art. 217, define-se a destinação de recursos públicos ao esporte prioritariamente no caso de esporte educacional, visando o desenvolvimento do indivíduo, mas em casos especiais rotula também o repasse, em determinados casos, ao esporte de alto rendimento, esporte em nível competitivo. (BRASIL, 1988).

O autor Guimarães (2009) ressalta a importância do tratamento diferenciado para o esporte profissional, praticado sob contrato formal entre o atleta e a entidade de prática esportiva, delatando as maneiras não formais de estabelecer a remuneração destes indivíduos, nesse contexto verificamos a forma de remuneração através do patrocínio ou mesmo o atleta não profissional que acaba sendo remunerado com diversos tipos de acordo de trocas de recursos materiais, não obrigatoriamente recurso monetário.

O dispositivo legal trouxe uma novidade, onde atletas de reconhecimento por seus destaques nas competições não olímpicas ou não paraolímpicas, não precisariam estar vinculados aos respectivos comitês, sendo assim abrindo um novo campo para essas modalidades que detém praticantes, muita das vezes com organizações desenvolvidas como o surfe, *skate*, futevôlei possa usufruir dos benefícios da bolsa atleta.

Guimarães (2009) em seu estudo relata que das seis categorias da época somente essas poderiam ser pleiteadas por esses atletas fora do cenário olímpico ou paraolímpico como: a estudantil, nacional ou internacional.

Tabela 1 - Categorias Bolsa Atleta

Categoria	Idade	Pré- requisitos	Bolsa
Atleta de base	a partir de 12	Participante das categorias de base , registrados nas entidades responsável pela modalidade; até a 3º ,	R\$ 370,00
Atleta Estudantil	a partir de 12	Participante jogos estudantis; organizados pelo ME; obtido até a 3º colocação; selecionados entre os 24 melhores .	R\$ 370,00
Atleta Nacional	a partir de 14	Participação no nacional da Modalidade; pertencentes ao Ranking; até o 3º; aval de indicação das entidades responsáveis	R\$ 750,00
Atleta Internacional	a partir de 14	Integrante seleção nacional; representação em sul americanos Pan americanos ou Mundiais, até a 3º; aval das entidades responsáveis.	R\$ 1.500,00
Atleta Olímpico e Paraolímpico	a partir de 14	Integrante de delegação dos respectivos Comitês em treinamento para futuras competições;	R\$ 2.500,00
Pódio	a partir de 14	Atletas com chances reais de medalha	R\$ De 5.000,00 a 15.000,00

Fonte: Próprio autor.

Tabela 2 - Categorias Bolsa Atleta

Modalidade	2006	2007	2008
Atletismo	139	332	418
Badminton	4	12	9
Basquetebol	0	9	22
Basquetebol em Cadeira de Roda	16	41	51
Beisebol	30	33	68
Bocha	6	12	9
Boxe	4	21	57
canoagem	16	42	76
Ciclismo	5	29	40
Dança Esport. Cadeira de rodas	0	1	0
Esgrima	15	38	45
Natação	68	202	251
Natação Sincronizada	2	7	10
Polo Aquático	4	32	44
Saltos Ornamentais	4	7	15
Futebol	4	51	87
Futebol de 5	10	17	36
Futebol de 7	12	8	28
Gin. Artística	4	14	27
Gin Rítmica	10	14	25
Trampolim Acrobático	12	16	11
Goalball	6	14	24
Halterofilismo	12	28	34
Handebol	19	80	108
Hipismo	12	17	13
Hóquei	1	0	9
Judô	43	146	195
Judô para def. visuais	19	41	41
Levantamento de peso	14	23	17
Luta Greco Romana	3	8	12
Luta livre	4	22	30
Pentatlo Moderno	4	6	4
Remo	8	20	36
Rúgbi em cadeira de rodas	0	0	0
Softball	7	5	37
Tae-kwon-do	6	25	34
Tênis	2	6	7
Tênis de mesa	43	69	97
Tiro com Arco	7	10	12

Modalidade	2006	2007	2008
Tiro Esportivo	12	26	39
Triatlo	2	5	10
Vela	20	39	48
Voleibol de Praia	0	2	7
Voleibol	1	5	40
Voleibol sentado	5	20	1
TOTAL	615	1555	2184

Fonte: Ministério do Esporte (ME)¹

(1) em negrito modalidade estritamente paraolímpica

A tabela acima demonstra o crescimento do Programa e consequentemente maior número de atletas atendidos. Atingindo novamente o mesmo patamar de medalhas em 2008 nas olimpíadas de Pequim, com 3 medalhas de ouro e 15 na totalidade com uma delegação de 277 atletas, o tão almejado patamar de 1996 em Atlanta, que correspondeu ao melhor resultado Nacional nos jogos Olímpicos com 3 medalhas de ouro e 15 na totalidade. (GUIMARÃES, 2009) .

Tabela 3 - Comparativo: Modalidades Olímpica e Paraolímpica x Não Olímpicas e não paraolímpicas

	2006		2007		2008		2009		2010		2011	
Mod.	Atl.	%	Atl.	%	Atl.	%	Atl.	%	Atl.	%	Atl.	%
Olímpica e Paraolímpica	634	74,24	1594	73,42	2252	67,97	724	24,48	2067	56,55	3164	63,31
Não Olímpica	220	25,76	577	26,58	1061	32	2234	75,52	1588	43,45	1234	36,69
TOTAL	854	100	2171	100	3313	100	2958	100	3655	100	4998	100

Fonte: Ministério do Esporte (ME) ²

A tabela 3 mostra o aumento dos recursos na modalidade não olímpica, descrevendo assim um desvio do objetivo de resultados nos grandes jogos, com o recurso público se dividindo e refletindo aumento proporcional nas modalidades Não olímpicas.

Devido a fatores no decorrer do programa, as análises acadêmicas aconteceram e contribuíram com seus resultados para o monitoramento da

¹ Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/snear/bolsa_atleta.

² Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/snear/bolsa_atleta.

política pelo seu Gestor, mais precisamente, o antigo Ministério dos Esportes. Relatou-se dentro das conclusões achadas a falta de transparência- rotineira dificuldade de achar dados relevantes as análises; Pequena mudança no rendimento dos atletas beneficiados – não se pode auferir nem melhoras ou pioras que fossem consequências do provimento de recursos; Aumento de beneficiários sem controle de critérios – demonstrou-se aleatório ao final da análise o crescimento de beneficiários, mesmo que esse atendimento aos primeiros olhos pareça ser positivo; Não foram achados metas objetivas- falta de foco para monitoramento e avaliações de impacto. (CORRÊA et al., 2014; GUIMARÃES, 2009; TEIXEIRA et al., 2017).

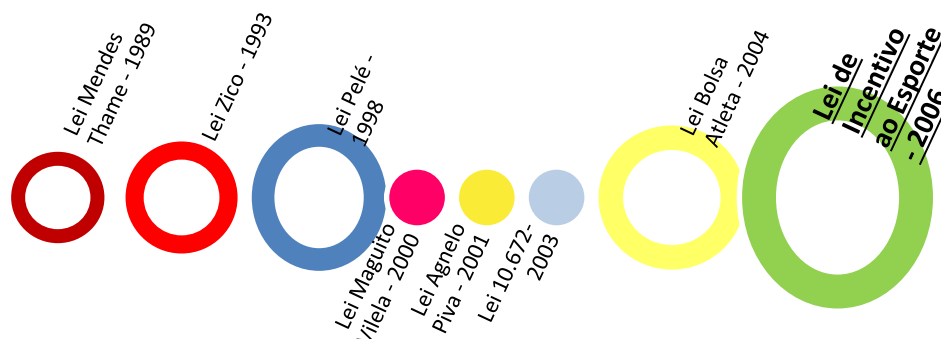
A mudança de gestão federal forçou ao novo Presidente da República a definir o processo e regular as ações do Programa Bolsa atleta, o referido programa já situa-se em seu teto de orçamento com seus 140 milhões de custos na LOA, porém a União somente reserva 70 milhões para executar essa política. Dessa maneira, aproveitando a pandemia do Coronavírus, a decisão do Ministério da Cidadania foi unificar os editais 2020 -21 que sairá em Janeiro de 2021, lembrando que esses pagamentos se dão devido aos resultados de anos anteriores. Ou seja , teremos um ano de Gap , falta de pagamento , levando em conta um ano que não ocorreram competições oficiais. Com essa decisão estratégica o Governo federal retira a necessidade de utilizar verbas do orçamento de 2020 que já estavam comprometidas com o ano de 2019.

Tabela 4 - Cronograma de Leis

Lei	Nº	Ano	objetivo
Lei Mendes Thame	7.752	1989	1ª Lei de incentivo através de Renúncia Fiscal, Doação Patrocínio e Investimento;
Lei Zico	8.672	1993	Estabeleceu normas gerais e promoveu outras providencias ao Desporto;
Lei Pelé	9.615	1998	Lei do Passe Livre;
lei Maguito Vilela	9.981	2000	Trouxe de volta o STJD
Lei Agnelo Piva	10.264	2001	Estabeleceu novas fontes de recursos aos esporte Olímpicos e Paraolímpicos
Lei bolsa Atleta	10.989	2004	Estabeleceu benefício financeiro a atletas;

Fonte: Adaptado pelo Próprio autor.

Figura 1 - Políticas Públicas do Esporte



Fonte: Próprio autor.

2.3 O MINISTÉRIO DOS ESPORTES

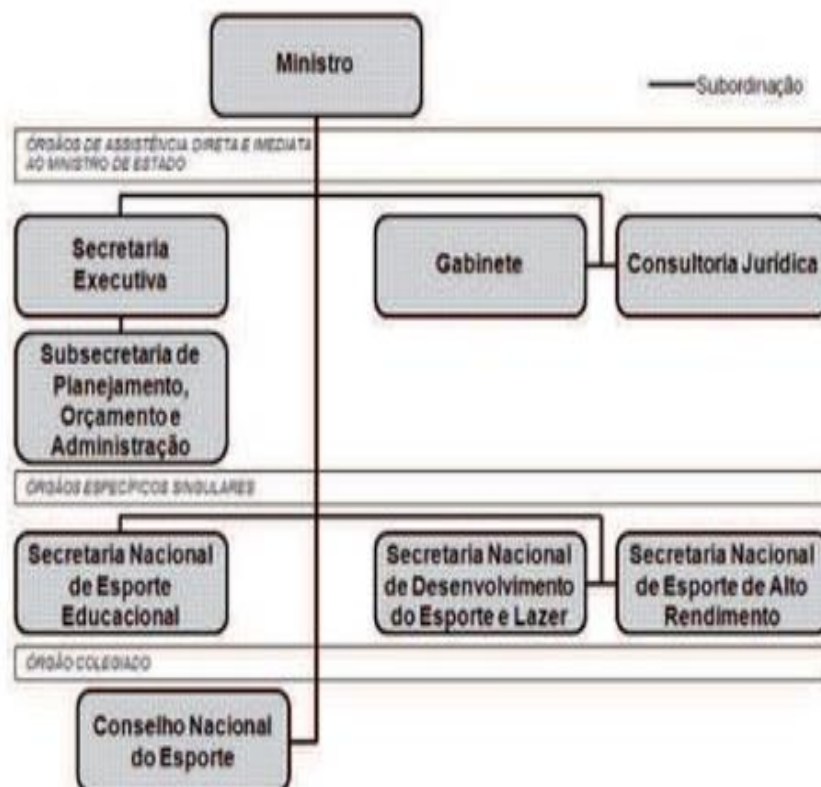
O ano de 2003 aparece como grande importância devido a regulamentação do Ministério do Esporte, separado agora oficialmente pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua medida provisória 103 de 1 de janeiro. Embora tenha sido suprimido pela Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003 (BRASIL, 2003a), organizou o Ministério dos Esportes e suas competências:

- a) desenvolvimento de uma política nacional do esporte; b) intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais; c) estímulo às iniciativas públicas e privadas; e d) planejamento, coordenação e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e às ações de democratização e inclusão social. (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015, p. 2).

Outra medida importante que devemos apresentar, é o decreto nº 4.668 de 9 de abril de 2003 (BRASIL, 2003b) que viria a dividir o Ministério em quatro secretarias; Secretaria Nacional de Esportes Educacional; Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer; Secretaria Nacional de Esporte de alto Rendimento e Secretaria Executiva. (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

A divisão das secretarias no Ministério dos Esportes se deu em virtude das políticas já praticadas desde o Manifesto Mundial do Esporte (1964) e, também, utilizada na Lei Pelé, promovendo setores específicos a práticas das políticas voltadas as áreas Educacionais, Participação e Alto Rendimento. Com o surgimento do Decreto 7.529 de 21 de julho de 2011, observa-se uma mudança na parte organizacional mirando diretamente as secretarias e seus cargos em comissão como destaca o artigo 5º do decreto: “Art. 5º O Ministro de Estado do Esporte poderá editar Regimento Interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do Ministério, suas competências e as atribuições de seus dirigentes” (BRASIL, 2011b, não paginado). Tal medida concentrou duas secretarias; Esporte Educacional e Desenvolvimento nacional do esporte, criando a Secretaria nacional de Esporte, educação, Lazer e Inclusão Social, foi também criada a Secretaria nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor. (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

Figura 2 - Organograma ME 2003



Fonte: Starepravo et al. (2015).

Destaque para a Secretaria Executiva, que tem como objetivo a supervisão e coordenação das atividades dos sistemas federais, planejamento, orçamento e inovação institucional. As ações políticas da Secretaria estão contidas as CNE, Lei de Incentivo ao Esporte, Praça da Juventude e Praças do Programa de Aceleração do crescimento (PAC), que adiante foram denominadas de CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados. (CIVIL, 2012)

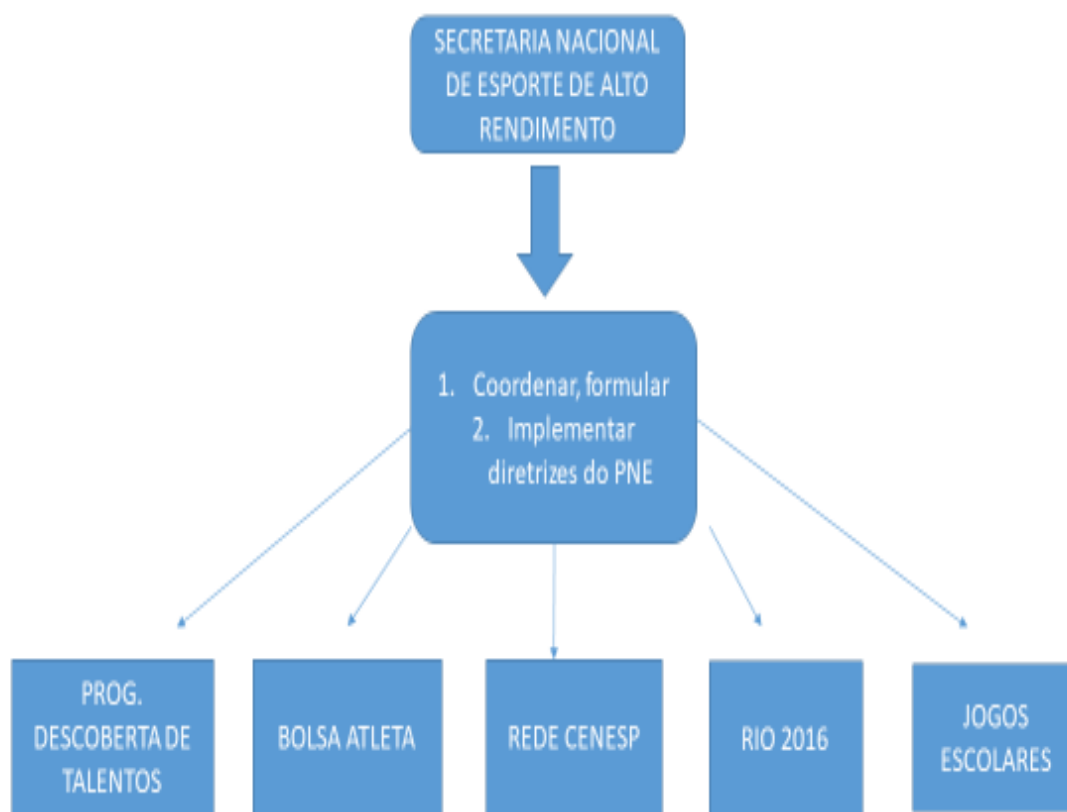
Figura 3 - Desenho de competências S.E.



Fonte: Silva, Borges; Amaral (2015)

Ainda segundo Silva, Borges e Amaral (2015), a Secretaria nacional de Esporte de Alto rendimento – SNEAR – tem a função de coordenar, formular e implementar as políticas relacionadas as competições e implementação do Plano nacional do Esporte.

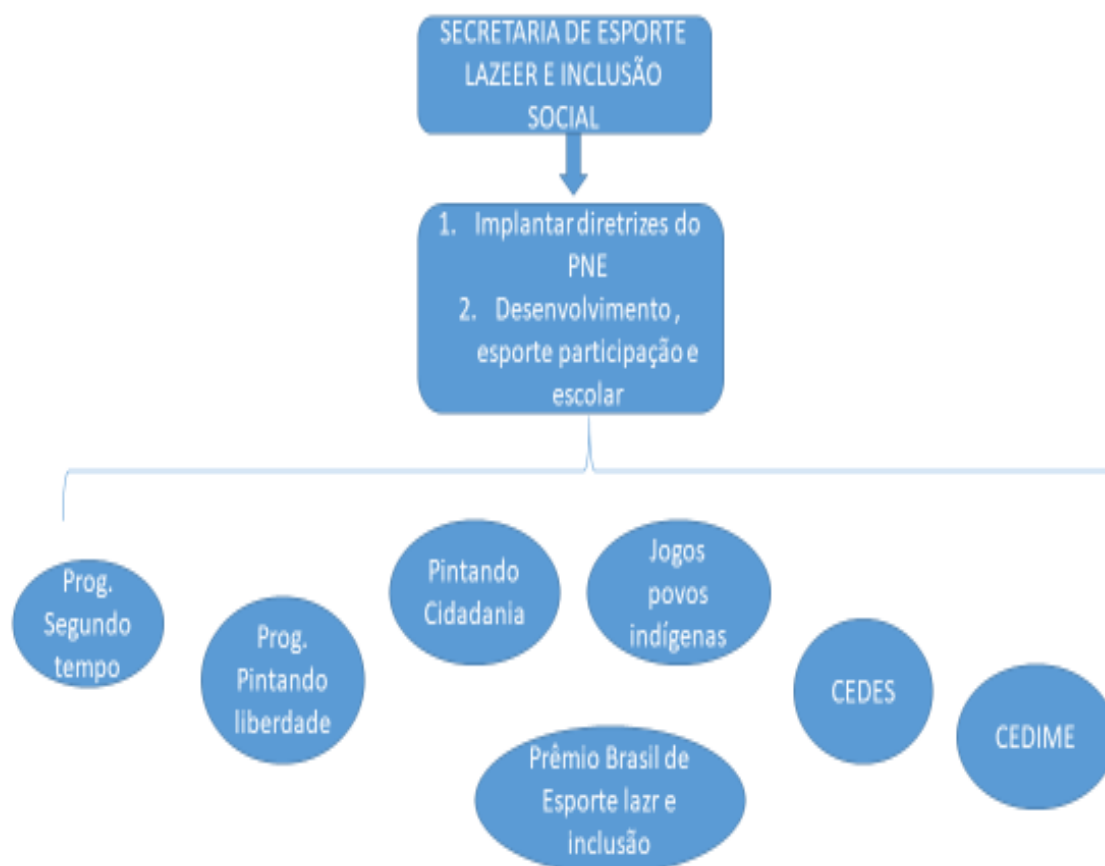
Figura 4 - Desenho de competências SNEAR



Fonte: Silva, Borges; Amaral (2015).

Já a função da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social- SNEELIS – é a implantação das diretrizes do Plano Nacional do Esporte, desenvolvimento da prática esportiva no ambiente de ensino e da participação e lazer. (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

Figura 5 - Desenho de Competências SNEELIS



Fonte: Silva, Borges; Amaral (2015).

Com a mudança na gestão federal por ordem do Presidente Jair Messias Bolsonaro, em cumprimento a sua agenda de campanha visando a resposta aos seus eleitores promoveu a dissolução do Ministério dos Esportes, tal medida rebaixou o status de Ministério para Secretaria Geral de Esportes, pertencente ao quadro do então Ministério da Cidadania.

Segue abaixo uma tabela dos Ministros e Governos pertencentes, nas informações verificamos as mudanças de nomes do órgão.

Tabela 5 - Últimos Ministros

NOME	ÓRGÃO	INÍCIO	FIM	PRESIDENTE
PELÉ	Min. Extraordinário do Esporte	1 de janeiro de 1995	31 de dezembro de 1998	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB)
RAFAEL GRECA		1 de janeiro de 1999	5 de maio de 2000	
CARLOS MELLES	Min. Do Esporte e Turismo	9 de maio de 2000	8 de março de 2002	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT)
CAIO CIBELLA DE CARVALHO		8 de março de 2002	1 de janeiro de 2003	
AGNELO QUEIROZ		1 de janeiro de 2003	31 de março de 2006	
ORLANDO SILVA		31 de março 2006	31 de dezembro de 2010	
ALDO REBELO	Ministério do Esporte	27 de outubro de 2011	1 de janeiro de 2015	DILMA HOUSSEF (PT)
GEORGE HILTON		1 de março de 2015	30 de março de 2016	
RICARDO LEYSER		31 de março de 2016	12 de maio de 2016	MICHEL TEMER (PT)
LEONARDO PICCIANI		12 de maio de 2016	10 de bril de 2018	
LEANDRO CRUZ FRÓES DA SILVA		10 de abril de 2018	31 de dezembro de 2018	

Fonte: Próprio autor.

2.4 AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DO ESPORTE

No contexto de políticas gestadas pelo então Ministério dos Esportes é de grande relevância para esse estudo o evento denominado Conferência nacional do Esporte (CNE). Instituída pelo Decreto Presidencial S/N, de 21 de janeiro de 2004, regulamentado pelas portarias do Ministério do esporte N° 13, de 03 de fevereiro de 2004 e N° 23, de 11 de março de 2004 , (BRASIL, 2004c, 2004d), a contribuição promovida pela CNE ao País reacendeu a importância da sociedade na elaboração das políticas públicas e no direcionamento dessas tomadas de decisão.

Dessa maneira, lançado pelo Conselho nacional do Esporte, órgão colegiado, subordinado diretamente ao Ministro dos Esportes, surge a Resolução nº 5 , em julho de 2005 , denominado Política nacional do Esporte (BRASIL, 2005) Como expressado no texto básico do caderno de propostas da 1º CNE:

Sua finalidade central é democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e os Planos Nacionais subsequentes, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTES, 2004e, p. 20).

O mesmo texto básico continuou em seu corpo a tentativa de definição de quatro princípios, seis diretrizes e seis objetivos estruturantes da construção política governamental no cenário de esporte e lazer. (BRASIL, 2005).

Interessante ressaltar que as medidas resultantes da CNE, tiveram caráter de resolução e não foram redigidas como projeto de Lei ou portaria, com maior poder hierárquico, dessa maneira não atingiram o status vinculante ou impositivo como qualquer instrumento legal, configurando apenas proposições as então vigente Lei Pelé.

Seguindo o regimento da Conferência Nacional do Esporte, havia uma previsão de realização de eventos a cada dois anos, sendo assim o Ministro do Esporte e turismo na época se viu na necessidade de elaborar as medidas necessárias para a realização da segunda edição desse evento. Respeitando assim a hierarquia de poder concedido ao Ministro Agnelo Queiroz, este emite a portaria Nº 133 e cria as normas para a realização da segunda CNE.

A segunda CNE, respeitou as três etapas regionais, ou seja, municipais e estaduais com o evento principal (etapa federal) acontecendo em Brasília de 04 a 07 de maio de 2006. Possuindo o tema da segunda edição como “Construindo o Sistema de Esporte e Lazer”, promovendo a manutenção da participação da sociedade numa construção de uma política no ambiente esportivo do país. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTES, 2006). Esta CNE tem grande importância para o cenário esportivo, apesar de mais uma vez suas deliberações não terem obtido o caráter de resolução, reforçando a

fragilidade dos produtos das discussões, mais uma vez deixando a comunidade esportiva ansiosa pela implementação e execução dessas proposições ao cenário legislativo.

Segundo a CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTES (2006) e DINIZ (2016) uma dessas proposições foi a sugestão de uma PEC que determinaria uma vinculação de 1% da receita tributária as políticas públicas do esporte aos três entes federativos. Em relação a estrutura foi organizado o sistema de eixos para as discussões das propostas, ficando definidos da seguinte forma:

- 1) Eixo 1 – Estrutura: Organização, Agentes e Competências: define as organizações como as instituições que arquitetam a infraestrutura oferecida com seus materiais disponíveis e os sujeitos que o efetivam.
- 2) Eixo 2 – Recursos Humanos: O sistema nacional é uma articulação das entidades, instituições e organizações sociais e seus sujeitos que se organiza a partir de pactos e adesões, se materializa com a ação de cada uma delas e, não, como uma estrutura concreta, com sede própria, foro e corpo funcional, sejam esses funcionários contratados, cedidos ou concursados.
- 3) Eixo 3 – Gestão e Controle Social: debate sobre quais processos de controle sociais devem ser executados ou aperfeiçoados, formas e estruturas de gestão esportivas, mecanismos democráticos de participação popular, implementação, sistemas de monitoramento e documentação. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTES, 2006, p. 9).

Finalizando o processo dos três grandes eventos (CNE), é promovido a então 3º Conferência Nacional do Esporte. Porém tivemos uma mudança na direção dos assuntos tratados, acumulados divergências dos objetivos dos eventos anteriores. Dessa maneira essa edição veio com uma nova proposta afastando o caráter participativo das antigas edições promovendo deliberações voltadas as realizações dos grandes eventos em voga na época. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTES, 2010).

A primeira ruptura do processo das CNE, foi a realização da terceira edição somente 4 anos após a Conferência anterior. Acontecendo em junho de 2010, feriu o artigo 1º da Portaria do Ministério do Esporte Nº 13/2004, esta que estipulava a realização bienal dos eventos.

Art. 1º A Conferência Nacional do Esporte, instituída por Decreto de 21 de janeiro de 2004, tem como finalidade democratizar e propor princípios e diretrizes para a elaboração da política nacional esporte e do lazer.

Parágrafo único. A Conferência Nacional do Esporte reunir-se-á, ordinariamente, de dois em dois anos e, em caráter extraordinário, mediante convocação do Ministro de Estado do Esporte. (BRASIL, 2004c)

No referenciado artigo 1º da portaria nº 13 de 2004 (BRASIL, 2004c), foram estabelecido os objetivos, outro fator, não respeitado pela terceira edição da CNE, foram as iniciativas com participação popular para elaboração do Sistema Nacional do Esporte e Lazer como analisado pelos autores Castelan (2011) e Diniz (2016). Ainda Castelan (2011) destaca que o foco principal dos eventos anteriores seriam o desenvolvimento humano e a democratização das práticas de esporte e lazer, logo o que foi visto foi o debate em torno de projeção do país como potência Olímpica e Paraolímpica, discussão orientada na construção de um Plano decenal do Esporte.

Diante dessa mudança, no viés da política de democratização e aproximação da sociedade civil, foco no esporte de alto rendimento, foi estabelecido o novo nome e tema da terceira edição da CNE, “Por um time chamado Brasil”, Plano decenal de esporte lazer, 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTES, 2010). Em 2019, o decreto-lei 13.844/2019 foi publicado e definiu a nova estrutura Ministerial do Governos Federal, em virtude desse documento legal, tivemos o rebaixamento, extinção, do então Ministério dos Esportes para Secretaria Especial do Esporte. (BRASIL, 2019).

Como disposto no instrumento legal em seu artigo 24:

Art. 24. Integram a estrutura básica do Ministério da Cidadania:

I - a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social; II - a Secretaria Especial do Esporte; III - a Secretaria Especial de Cultura; IV - o Conselho Nacional de Assistência Social; V - o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família; VI - o Conselho de Articulação de Programas Sociais; VII - o Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; VIII - o Conselho Nacional do Esporte; IX - a Autoridade Pública de Governança do Futebol; X - a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem; XI - o Conselho Superior do Cinema; XII - o Conselho Nacional de Política Cultural; XIII - a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura; XIV - a Comissão do Fundo Nacional de Cultura; XV - o Conselho Nacional de Economia Solidária; XVI - (VETADO); e XVII - até 19 (dezenove) Secretarias. (BRASIL, 2019, não paginado).

2.5 DO PROJETO AO INSTRUMENTO LEGAL

Demonstrando uma iniciativa positiva em relação à comunidade do esporte, ansiosa por resultados, o Ministério dos esportes encaminhou ao Congresso nacional o projeto de Lei nº 1.367, que tinha em seu objetivo estabelecer as linhas de financiamento para o esporte tratando dos benefícios fiscais aos envolvidos nesse processo. O devido projeto foi de autoria do então Deputado Federal Bismarck Maia (PSDB/CE) que já possuía matéria de mesmo conteúdo tramitando na casa, porém a mais tempo, logo esse procedimento aceleraria a tramitação da matéria. Tal projeto foi considerado duvidoso e deixou apreensiva a comunidade cultural, em vista da ameaça que o projeto em questão poderia ser a Lei Rouanet. (Diniz, 2016; Nascimento, 2019).

Com as devidas discussões estabelecidas e acaloradas o PL nº 1.367, foi continuou sua tramitação e foi substituído por outro PL mais à frente, agora a figura do Então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, entra em ação apresentando o PL nº 6.999/06 que substituiu o PL do Deputado Bismarck e teve sua apresentação na 2º CNE. Seguindo seu curso em caráter de urgência no Congresso Nacional chegando a sua aprovação na Câmara dos deputados em novembro de 2006, em seguida dia 13 de dezembro de 2006, aprovada pelo Senado Federal com o nome de Lei de Incentivo ao Esporte, Lei Nº 11.438 de 2006, promulgada em 29 de dezembro e regulamentada pelo Decreto nº 6.180. (BRASIL, 2006).

A Lei nº 11.438/2006 ficou popularmente conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte, trazendo à tona uma nova discussão no cenário esportivo brasileiro. Foi notório que toda a comunidade esportiva comemorou a iniciativa, uma real legislação que dedicava uma política pública de financiamento trazendo uma nova forma efetiva de recursos para o desenvolvimento e execução de modalidades esportivas dentro de todos os seus níveis, antes definidos pelas legislações anteriores, esporte educacional, participação e rendimento como expressado no artigo 2º do instrumento legal:

Art. 2º Os projetos desportivos e paradesportivos, em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos

previstos nesta Lei, atenderão a pelo menos uma das seguintes manifestações, nos termos e condições definidas em regulamento: (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

I - desporto educacional;

II - desporto de participação;

III - desporto de rendimento. (BRASIL, 2006, não paginado).

No que se referiu a origem dos recursos a LIE trouxe o caráter extra orçamentário do mesmo, ou seja, esse financiamento seria de origem pública, porém captado da iniciativa privada como descrito no artigo 1º parágrafo primeiro inciso I, II da referida lei:

§ 1º As deduções de que trata o caput deste artigo ficam limitadas:

I - relativamente à pessoa jurídica, a 1% (um por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

II - relativamente à pessoa física, a 6% (seis por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. (BRASIL, 2006, não paginado).

Complementando a fato histórico de sua tramitação até a sanção, devemos apresentar que a LIE ainda teve em seu início duas proposições de emendas acatadas. Ou seja, a LIE teve seu retorno a Câmara do Deputados para nova apreciação, tais emendas tiveram caráter modificativo e aditivos propostos por Senadores membros da Comissão de Educação e Esporte de Senado Federal. A emenda modificativa retirou a mesma faixa de renúncia para doações que se assemelhavam a Lei Rouanet e a emenda aditiva criou uma relação inversamente proporcional entre o tamanho da rentabilidade e o percentual de dedução, ou seja, quanto maior a rentabilidade menor o percentual de dedução. (BRASIL, 2006; NASCIMENTO, 2019).

O primeiro texto da LIE apresenta sua vigência no período de 2007 até o ano de 2015, com a mesma disposição de deduções. Durante a 3º CNE em 2010 foi proposta a prorrogação do prazo até 2025. Em 15 de agosto de 2015 o instrumento legal nº 13.155 alterou o artigo 1º da LIE criando novo período de vigência entre 2007 até 2022. (BRASIL, 2015).

Estendendo a análise desse processo verificamos algumas divergências no que se refere aos objetivos da política e o que realmente foi constatado por autores que se dedicaram a entender a implementação da LIE.

Segundo Brasil (2006), Santos, Juchem e Maduro (2017) e Reginatto e Souza (2016), os incentivos são uma grande ferramenta de fomento, utilizado pelas empresas para cumprimento de suas funções sociais. Aproveitando-se do recurso devido aos cofres públicos orientando a destinação destes para projetos desportivos.

Ao longo do nosso estudo, no item a respeito da LIE, demonstraremos alguns pontos contrários identificados pelos autores em questão junto a nossa revisão da bibliografia pesquisada.

Fatos interessantes se dão no decorrer do trabalho no Congresso Nacional, com o objetivo de adequar as fontes de recursos, separamos o trabalho do Senador Romário que em 2014 e 2015, propôs as emendas nº9 e a emenda nº61, ao PLS 186 de 2014 do Senador Ciro Nogueira, através do assunto social – desporto e lazer e natureza de Norma Geral, dispunha sobre a exploração de jogos de azar em todo território nacional. Tal matéria define quais são os jogos de azar, como são explorados, autorizações, destinação dos recursos arrecadados; define infrações administrativas e os crimes em decorrência da violação das regras concernentes a exploração dos jogos de azar (NOGUEIRA, 2014). Essa matéria mais tarde tramitou através do Substitutivo do Senador Fernando Bezerra, aprovado pela CEDN.

Em relação as emendas citadas no parágrafo anterior, temos na emenda nº9 a solicitação para melhorar a distribuição dessa receita, gerada pelos jogos de azar, transferindo a diferentes áreas da seguridade social, destinando parte desses recursos aos municípios. Como diz o texto da emenda de inclusão do seguinte parágrafo ao artigo 20 do respectivo PLS:

Art.20... § 4º Do produto da arrecadação da contribuição a que se refere o caput deste artigo a União entregará 25% (vinte e cinco por cento) para os Estados e o Distrito Federal e 25% (vinte e cinco por cento) para os Municípios, para serem aplicados, obrigatoriamente, em saúde, previdência e assistência social. (ROMÁRIO, 2014, não paginado).

Dessa maneira a União ficaria obrigada a entregar vinte cinco por cento da arrecadação obtida entre Estados e Distrito federal e outros vinte e cinco por cento para os Municípios, respeitando a repartição constitucional dos recursos. Essa emenda foi retirada de pauta devido a tramitação do LBI, que em seu

texto, previa uma maior parcela de recursos as atividades destinadas as pessoas com deficiência. A pedido do Comitê Paraolímpico Brasileiro foi retirada de tramitação. Levando em consideração que a LBI estava a 15 anos em tramitação para sua aprovação. Os *steakholders* debateram que seria melhor a aprovação da Legislação sobre Inclusão, que abordaria diversos temas como a provisão de receitas, caso a tramitação da emenda fosse continuada haveria a possibilidade da matéria da LBI ser revista e voltar a fase de debate e aprovação nas comissões.

Em sequência as atividades de legislador, o Senador Romário decidiu apresentar nova emenda, esse novo dispositivo chamado de emenda 61 traria uma destinação aos recursos arrecadados diretamente aos interessados e em respeito à sua agenda política. Como demonstra o texto da emenda 61:

Dê-se ao art. 33 do PLS nº 186, de 2014, na redação dada pela Emenda nº 52 – CEDN (Substitutivo), a seguinte redação:

Art. 33. Do total auferido pela União, ressalvado o disposto no art. 13, em razão da exploração dos jogos de azar, haverá a seguinte destinação:

I – 90% (noventa por cento) para a Seguridade Social, conforme disposto na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

II – 3% (três por cento) para o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, conforme disposto na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;

III – 2% (dois por cento) para o Departamento de Polícia Federal; e

IV – 2% (dois por cento) para o Fundo Nacional de Cultura – FNC, conforme disposto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991; e

V – 2% (dois por cento) para as ações de apoio ao esporte olímpico e paralímpico.

VI – 1% (um por cento) para as instituições assistenciais que atendam, exclusivamente, pessoas com deficiência intelectual.

Parágrafo único. Os critérios de habilitação e rateio das entidades beneficiárias de que trata o inciso VI serão definidos em norma infralegal do Poder Executivo. (ROMÁRIO, 2014, não paginado).

Os incisos V e VI demonstram exatamente a força da agenda política na proposta da emenda 61. Este dispositivo se encontra em tramitação no Senado.

2.5.1 Processo de solicitação e aprovação do Benefício da LIE

A proposta desse momento do estudo é apresentar o processo de forma direta e pragmática necessário para solicitação e obtenção dos benefícios do

programa para os projetos, separamos em dois períodos para melhor comparação do período de gestão federal diferente.

A gestão federal passada, do Presidente Michel Temer, estabeleceu em 2018, através do antigo Ministério dos Esportes a portaria nº 269, publicada em DOU em 31 de agosto, esta portaria estabeleceu mudanças nas tramitações e formato de análises dos projetos submetidos ao benefício da LIE. (BRASIL, 2018).

As deliberações provocadas pela portaria levaram a previsão de curso de apenas dois meses em todo o processo, que ficou definido da seguinte maneira: Cadastramento; Admissibilidade; Autorização para captação (CTLIE); Captação de Recursos; Análise Técnica e Orçamentária; Assinatura do Termo de Compromisso; Execução e Monitoramento do Projeto; Prestação de Contas-Parcial ou Total. (BRASIL, 2018).

O **cadastro** consiste na inscrição da entidade de direito privado sem fins lucrativos e de natureza esportiva, na página do antigo ME, dessa forma através da subscrição de dados desse proponente se espaço próprio destinado ao programada, configura-se um *login*, número de cadastro e senha. Mediante essa etapa o proponente recebe acesso ao sistema da LIE (SLIE). Em seguida evolui-se ao segundo momento: a apresentação do projeto, que se resume em protocolar o corpo do projeto de forma presencial ou por remessa postal, seguindo toda burocratização do modelo apresentado pelo SLIE.

Devemos destacar dentro dessas remessas estavam presentes documentos como: cópias autênticas de documentos da entidade, plano de trabalho enquadramento na manifestação esportiva e declaração do proponente e responsável legal pela entidade. Definido que cada entidade teria apenas seis projetos como limite para protocolar. (BRASIL, 2018).

Admissibilidade dos projetos era definida pela consonância com as exigências apontadas na portaria vigente. Com prazo estipulado nessa fase de trinta dias e de responsabilidade da DIFE, essa avaliação de projetos entrava em fase de análise.

Exceções foram estabelecidas pelo artigo 17 da portaria 269, criando prioridades e redução no prazo de análise os projetos enquadrados nesses

casos. São eles: projetos que contenham contrato de patrocínio de no mínimo 20% (vinte por cento) do total do projeto; projetos que sejam responsáveis por etapas de circuitos ou competições que estejam no calendário esportivo oficial, nacional ou internacional das entidades que administram as modalidades de desporto; sejam projetos de continuidade ou renovação para manutenção da execução deste projeto mantendo o mesmo objeto; Sejam realizados em Municípios que figurem como alta taxa de vulnerabilidade social; seja da modalidade desporto educacional. (BRASIL, 2018).

Autorização da CTLIE para captação de recursos é a fase em que o projeto é submetido a avaliação da comissão Técnica da LIE que dispõe sobre a liberação para captação total ou parcial ou até mesmo o indeferimento do projeto, devolvendo o prazo de 5 (cinco) dias para pedido de reconsideração. A partir daí a CTLIE faz a publicação em DOU do extrato do projeto e sua liberação para captação, com os dados bancários do projeto. (BRASIL, 2018).

Captação de Recursos é a fase em que o ME, responsável pela abertura e acompanhamento das contas do projeto, promove a abertura das contas bancárias do projeto, nesse momento o proponente somente fica apto a fazer depósito na conta denominada bloqueada das doações dos recursos captados que necessariamente devem conter a identificação do doador (CPF ou CNPJ) sendo impossibilitado de efetuar qualquer movimentação nessa conta. No mesmo momento ocorre a abertura da conta de movimentação onde o proponente recebe os recursos da conta bloqueada e fica sob custódia dos comprovantes para fins de prestação de contas. (BRASIL, 2018).

Análise técnica e orçamentária é o momento em que após a captação parcial (20%) ou total do projeto, o proponente solicita a CTLIE a análise técnica e orçamentária, dessa forma com todas as conformidades anteriores elucidadas as instituições possuem até 12 meses após o término do período de captação. No caso desse período ser encerrado sem a devida análise, o ME efetua o retorno desse recurso ao tesouro nacional através da geração e pagamento de uma Guia de Recolhimento da União- GRU, em caso de captação parcial o proponente deve encaminhar a readequação aos devidos valores captados a CTLIE. Porém na ocorrência de rejeição do projeto em

análise, existe o período de 90 dias para transferência desse recurso a outros projetos do mesmo proponente que esteja em fase de captação, respeitando os critérios da CTLIE. Dessa maneira a CTLIE efetua o sorteio entre os servidores para que seja feito a análise de mérito e retornando à comissão para dar seu aceite ou a desaprovação do projeto deliberando contra o relator. (BRASIL, 2018).

Importante ressaltar que a CTLIE observará nesse momento os quesitos de não-concentração de proponente, modalidade ou manifestação desportiva ou paradesportiva, regiões geográficas; capacidade técnico operativa; atendimento as comunidades em vulnerabilidade social; inexistência de outro tipo de financiamento ou patrocínio.

Assinatura do Termo de Compromisso será encaminhado pela DIFE após a captação e análise técnica orçamentária, ficando a entidade obrigada a assinatura no prazo de até 180 dias a contar da aprovação da análise técnica orçamentária. Após esse procedimento deve se enviar ao ME. (BRASIL, 2018).

Execução e Monitoramento nessa fase do processo acontece a liberação das contas de bloqueio, detentora dos recursos dos doadores/financiadores para as contas de livre movimentação, toda operação é acompanhada e monitorada pela DIFE, fiscalizando a emissão de comprovante/recibo de todas as movimentações financeiras do projeto. (BRASIL, 2018).

A **Prestação de Contas** é dividida em duas fases, a prestação de contas parcial, que detêm critérios adotados pelo ME (extinto), com envio de relatórios parciais , expressando o objetivos do projeto com a relação de pessoas envolvidas, relatório de despesa e receitas, calendário de atividades e comprovantes financeiros, interessante na juntada estar presente , fotografias e recortes de reportagens que comprovem a execução do projeto, muito importante um relatório parcial de conformidade com os compromissos trabalhistas e tributários. A partir da juntada de documentos e envio a DIFE, começa o prazo de 60 dias para a emissão de um parecer do órgão como determina o art. 70 da portaria 269:

Art. 70. O relatório de prestação de contas parcial será encaminhado pelo proponente ao ME,

mediante ofício, devendo conter o número do processo, o nome do projeto aprovado e os seguintes documentos:

I - relatório de cumprimento do objeto, que mencionará os resultados esperados e atingidos, os objetivos previstos e alcançados e a repercussão da iniciativa na comunidade e no desenvolvimento do esporte; II - relação de pessoal contratado; III - relação de beneficiários; IV - relatórios de receitas e despesas, de execução físico-financeira e de pagamentos; V - calendário atualizado de eventos/ atividades; VI - comprovação de divulgação (PDIV) e execução; VII - fotografias dos materiais e equipamentos adquiridos através do projeto; VIII - fotografias e reportagens que comprovem o andamento do projeto; e IX - certidões de regularidade fiscal, tributária e trabalhista. (BRASIL, 2018, não paginado).

Para a prestação de contas final, a instituição possui 60 dias após o término estipulado no termo de compromisso composta pela documentação eleita na portaria 269 art. 72 e 73:

Art. 72. Fica estabelecido o prazo de até 60 (sessenta) dias para apresentação da prestação de contas contados do término do prazo de vigência do termo de compromisso. §1º Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no caput, o DIFE estabelecerá o prazo máximo de 30 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos valores captados, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora valendo-se do Sistema Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União, conforme a Decisão nº 1.122 de 2000 TCU - Plenário e o Acórdão nº 1603 de 2011-TCU-Plenário, com nova redação dada pelo Acórdão nº 1.247 - TCU - Plenário ou outro sistema que lhe suceder.

§2º Não havendo a apresentação da prestação de contas no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o DIFE emitirá decisão pela suspensão do acesso da proponente no sistema SLIE.

Art. 73. A prestação de contas será composta pelo relatório de prestação de contas a ser encaminhado pelo proponente ao DIFE, devendo conter o número do processo e o nome do projeto aprovado e conterá as seguintes peças instrumentais: I - relatório de cumprimento do objeto, que mencionará os resultados esperados e atingidos, os

objetivos previstos e alcançados e a repercussão da iniciativa na comunidade e no desenvolvimento do esporte;

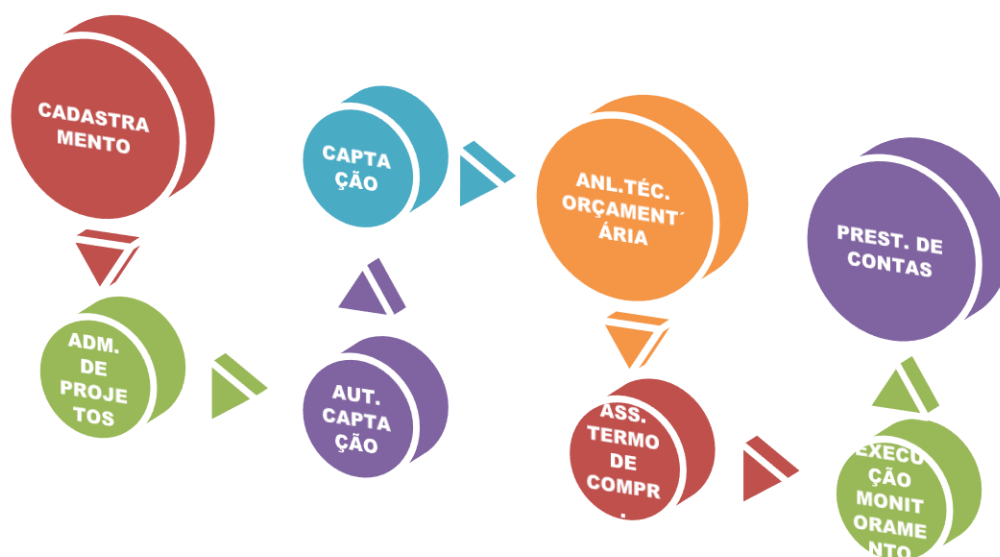
II - relação de pessoal contratado; III - relação de beneficiários; IV - relatórios de receitas e despesas, de execução físico-financeira e de pagamentos; V - cópia do extrato da conta bancária específica, desde o dia do recebimento dos recursos até a data do último pagamento; VI - demonstrativo de rendimentos das aplicações; VII - comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados, mediante GRU ou comprovante de transferência dos recursos de que trata o parágrafo 4º deste artigo, quando houver; VIII - cópia dos documentos comprobatórios das despesas, acompanhados dos documentos constantes dos artigos arts. 48 a 54; Esporte; IX - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da Lei de Incentivo ao X - comprovante de divulgação e execução do PDIV; XI - calendário atualizado de eventos ou de atividades realizadas; XII - comprovação de divulgação do PDIV e de sua execução; XIII - fotografias dos materiais e equipamentos adquiridos através do

projeto; e XIV - fotografias e reportagens que comprovem a realização do projeto.

§ 1º Para os itens I, II, III, IV, V e VI deverão ser adotados os formulários aprovados pelo DIFE e

§2º O DIFE poderá solicitar diligências complementares, que deverão ser cumpridas pelos proponentes no prazo de até (trinta dias). §3º Os recursos auferidos em função do projeto deverão constar do relatório de execução de receitas e despesas. §4º Os recursos remanescentes da execução do projeto serão recolhidos ao Tesouro Nacional através de GRU ou poderão ser transferidos, uma única vez, no período de 90 dias a contar da data de encerramento da execução do projeto, para outro projeto da mesma entidade que esteja em captação de recursos. (BRASIL, 2018, não paginado).

Figura 6 - FLUXOGRAMA LIE (2018)



Fonte: Próprio autor; adaptada portaria 269.

Nesse novo momento do estudo temos que apresentar o novo formato de submissão e aprovação dos novos projetos pela LIE a partir da nova gestão federal, compondo os anos de 2019 e 2020.

Extraído do portal da Secretaria Especial de Esportes do Ministério da Cidadania, orienta a apresentação dos projetos da seguinte forma obrigatoriamente: ser pessoa jurídica de direito público ou provado, sem fins

lucrativos, com finalidade esportiva expressa, no mínimo de um ano em funcionamento e sem registro de inadimplência junto ao governo Federal.

Acessar o Sistema da LIE, anualmente entre 1º de fevereiro até 15 de setembro.

Realizar o cadastro do usuário. Após este cadastro, o usuário terá acesso ao sistema para cadastrar o proponente e apresentar projetos.

Cadastrar a entidade proponente. Para esta etapa é necessário apresentar documentos obrigatórios indicados no sistema e cumprir os requisitos obrigatórios como entidade.

Após cadastramento da entidade proponente, o usuário poderá cadastrar os projetos. (BRASIL, 2020, não paginado).

O próprio site apresenta novas orientações quanto aos prazos.

Cadastramento de projetos

A apresentação de projetos desportivos ou paradesportivos deverá ocorrer, anualmente, entre 1º de fevereiro até 15 de setembro por meio do Sistema da Lei de Incentivo ao Esporte – SLI.

Autorização para captação de recursos e publicação

Recurso - Da decisão que indeferir ou autorizar a captação de recursos do projeto parcialmente, caberá pedido de reconsideração à CTLIE, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do dia do recebimento da comunicação da Comissão Técnica.

Publicação - O proponente terá o prazo de até 180 (cento e oitenta dias) dias a contar da reunião da CTLIE para comprovar sua regularidade fiscal, trabalhista e tributária, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, sob pena de arquivamento. (BRASIL, 2020, não paginado).

Seguindo o passo a passo orienta-se quanto ao Estorno e a correção de depósitos e transferência de recursos.

Estorno, correção de depósitos e transferência de recursos

Estorno - A solicitação de estorno dos valores depositados equivocadamente, deverá ser encaminhada ao DIFE no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de realização do depósito.

Correção de depósitos – A correção de depósitos, justificados os motivos e anuência do Patrocinador, deverá ser encaminhada ao DIFE em até 60 (sessenta) a contar da ocorrência do depósito, somente podendo ocorrer entre projetos da mesma entidade e que sejam em fase de captação de recursos.

Transferência de recursos – Os recursos poderão ser transferidos, a critério da DIFE, uma única vez, no período de 120 (cento e vinte) dias a contar do dia de encerramento do período de captação, para outro projeto esportivo da mesma entidade que esteja em captação de recursos. (BRASIL, 2020, não paginado).

Em sequência teremos as deliberações sobre: Recibos, Diligências, assinatura do termo de compromisso, prorrogação do prazo de execução, prestação de contas parcial e final.

Recibos A captação de quaisquer recursos deve ser informada em até 3 (três) dias úteis ao DIFE.

Diligências O prazo para o cumprimento das diligências é de 30 (trinta) dias, improrrogáveis, contados a partir do dia do recebimento da correspondência eletrônica enviada no e-mail cadastrado pelo proponente.

Assinatura do Termo de Compromisso O proponente terá até 180 (cento e oitenta dias) dias para assinar o Termo de Compromisso, contados a partir da aprovação da análise técnica e orçamentária do projeto esportivo ou Paradesportivo, salvo motivação justificada de futura data.

Prorrogação do prazo de execução A solicitação deverá ser encaminhada pelo proponente, fundamentada, em até 30 (trinta) dias do encerramento do prazo inicialmente previsto no Termo de Compromisso ou Termo Aditivo, a contar da data do envio da solicitação.

Prestação de Contas Parcial Ao receber o relatório de Prestação de Contas Parcial, o DIFE emitirá parecer sobre a execução do projeto, no prazo de 60 (sessenta) dias, sendo este prazo devidamente interrompido nos casos de realização de diligência.

Prestação de Contas Final Fica estabelecido o prazo de até 60 (sessenta) dias para apresentação da Prestação de Contas Final contados do término do prazo de vigência do termo de compromisso ou Termo Aditivo.

Quando a Prestação de Contas Final não for encaminhada no prazo estabelecido no caput, o DIFE comunicará, o proponente e dará o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação, ou recolhimento dos valores captados. (BRASIL, 2020, não paginado).

O novo processo tem como balizador a portaria 123 de 27 de janeiro de 2020, que em seu texto regulamenta os procedimentos básicos de submissão aprovação captação e prestação de contas. Destacamos o trecho da art. 15 que traz uma novidade ao processo de construção do projeto inserindo o pagamento de auxílio financeiro para beneficiários do projeto.

Art. 15. Será permitido o pagamento de auxílio financeiro para beneficiários de projetos desportivos e paradesportivos da manifestação de rendimento, com a finalidade de custear despesas com uniforme, transporte, alimentação, moradia e higiene pessoal durante o treinamento dos beneficiários, ficando excluídas do benefício as despesas voltadas para competições. (BRASIL, 2020, não paginado).

Tais despesas ficam definidas em até 1000 mil) reais, respeitando os limites dos itens apresentados nos incisos do artigo 15 da mesma portaria.

II - os valores referentes ao transporte serão de até R\$ 12,00 (doze reais) por dia comparecido no evento/treino; e III - os valores referentes à alimentação serão de até R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por dia comparecido no evento/treino. (BRASIL, 2020, não paginado).

Destacamos o sistema de pontos estabelecidos na admissibilidade dos projetos destacados no art. 18 da referida portaria.

Art. 18. Os projetos apresentados terão tramitação prioritária conforme a soma da pontuação, na ordem do maior para o menor, de nível de prioridade obtido abaixo:

I - Sejam enquadrados como manifestação desportiva educacional - 2 pontos; II - Sejam realizados em localidades consideradas de alta ou muito alta vulnerabilidade social, de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas - IPEA - 1 ponto; III - Os projetos paradesportivos - 1 ponto; IV - Tenham previsão de contrato de patrocínio de estatais devidamente publicado em edital - 1 ponto V - tenham como proponentes Municípios (prefeituras) - 1 ponto; VI - sejam considerados como renovação ou reedição de projeto executado ou em execução com o mesmo objeto - 1 ponto; VII - Estejam inseridos programas do Governo Federal - 1 ponto; VIII - contenham contrato de patrocínio no valor de no mínimo 20% (vinte por cento) do total do projeto - 1 ponto; e IX - projetos cujo objetivo seja a realização de competições que estejam incluídas no calendário esportivo oficial, nacional ou internacional, das entidades de administração do desporto - 1 ponto. (BRASIL, 2020, não paginado).

Ponto que merece comentário é a mudança promovida pelo artigo 24, capítulo III da portaria 123/2020, onde a administração da conta de LIVRE MIVIMENTAÇÃO permanece recebendo recursos da conta BLOQUEADA, porém a administração agora dar-se-á pelo Ministério da Cidadania e não pela Secretaria Especial de Esporte, como indicaria a sequência lógica pelo rebaixamento do Ministério dos Esportes.

2.6 O PARADESPORTO

Existem relatos que o desporto para PcD teve suas primeiras ações por volta de 1870, dessa maneira observou-se que as pessoas surdas do Estados Unidos tinham esse protagonismo e pioneirismo no desenvolvimento dessas novas modalidades. No entanto, os primeiros registros aparecem após o término da segunda guerra mundial (1939-1945). (BEGOSSÍ; MAZO, 2016).

Ainda segundo Begossi e Mazo (2016) foi de importância relevante o trabalho de reabilitação efetuado nos veteranos de guerra, mais precisamente no Centro Nacional de Lesionados medulares de Stoke Mandeville, na Inglaterra. A ferramenta considerada mais eficaz ao processo de reabilitação foi o uso de atividades esportivas adaptadas, ou seja, respeitando as

incapacidades dos indivíduos, trazendo de volta a autoestima e engajamento social promovendo o retorno social inclusivo a esses indivíduos acometidos pelas lesões de guerra.

Os autores Begossi e Mazo (2016) e Cardoso (2011) concordam que no Brasil o esporte paraolímpico ganhou notoriedade devido aos resultados obtidos nos jogos Paraolímpicos de outras competições internacionais. Essas atividades estão unificadas com grande organização institucional, dessa maneira, centralizando os recursos e programas necessários para desenvolvimentos do esporte Paraolímpico.

Já Araújo (1997), em sua tese “Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade”, profere uma listagem de eventos de relevância definindo marcos que deram início a mudança de políticas em prol desse público, sendo eles: Congresso Brasileiro esporte para Todos (EPT) 1982-84-86; **Projeto integrado SEED/CENESP 1984-85**, Plano Nacional de Ação conjunta para Integração da Pessoa Deficiente 1985- 1990 com a criação da Coordenadoria para Integração da Pessoa Deficiente – CORDE; Plano Plurianual 1991-95 (definiu um plano geral de esporte do Governo Collor).

Nesse mesmo contexto, merece destaque o Projeto integrado SEED/CENESP por ser considerado pelos autores Araújo (1997); Begossi e Mazo (2016) e Cardoso, (2011) como uma mudança nos olhares governamentais em direção a proteção e garantias voltados aos PcD, estabelecendo o campo de Educação Física e do desporto uma área de atuação para esse público.

Dando continuidade no processo de desenvolvimento do Paradesporto, não podemos deixar de citar a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 que orientou uma nova estruturação ao Ministério da educação e Saúde, criando os departamentos Nacional de Saúde e o nacional de Educação, sendo esse último detentor da DEF- departamento de educação física.

Ainda no que concerne à Lei 378/37, sua Seção III artigo 38 contextua:

Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas, referentes a pessoas portadoras de deficiência, incumbirá à Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), órgão autônomo do Ministério da Ação Social, ao qual serão destinados recursos orçamentários específicos.

Parágrafo único. Ao órgão a que se refere este artigo caberá formular a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos públicos. (BRASIL, 1937, não paginado).

Fica explicitada a intenção de aprofundar as medidas voltadas as PcD no âmbito da Educação. Para maior foco nessa prerrogativa destacamos a criação do Instituto Benjamin Constant e o Instituto nacional de Surdos e mudos, hoje denominado Instituto nacional de Educação de Surdos (INES). Esses dois Institutos representaram as iniciativas de atividade e ações educacionais a PcD.

O cenário legislativo da época não se mostrou ainda voltado as ações esportivas e, contudo, preocupado com as respostas em reabilitação e inclusão promovidas pelo esporte adaptado. Seguiu realizando reestruturações no ambiente Ministerial com a que aconteceu na Lei nº 1.920 de 25 de julho de 1953 com o Decreto nº 66.967 de 27 de julho de 1970 transformou a divisão de Educação física em Departamento de Educação Física e Desportos gerando uma conexão direta ao Ministério, mesmo assim não foram encontradas medidas que incorressem no esporte para PcDs. (BRASIL, 1953; 1970).

Mais adiante na década de 70, mais precisamente 17 de dezembro de 1978, foi emitido um decreto Governamental nº 81.454 que transformou o Departamento de Educação física e desporto em Secretaria de Educação Física e desporto, esse decreto também atuou na vinculação do Centro Nacional de educação especial (CENESP) à Secretaria de ensino de 1º e 2º Graus (SEPS).

Segundo Araújo (1997) e Begossi e Mazo (2016) à inserção da CENESP à composição do MEC seria o início da institucionalização do esporte para pessoas com deficiência. Nesse mesmo estudo o autor dedica esse marco inicial a comemoração do Ano Internacional da pessoa com deficiência no Brasil. Foi a partir desses marcos que se percebeu a preocupação do Governo em promover condições de vida como garantias que, de alguma maneira caminhassem junto aos interesses desse público.

Devemos dar uma atenção a entidade chamada ANDE – Associação Nacional de Desportos para Deficientes, fundada pela iniciativa do Professor

Aldo Miccolis em uma viagem de retorno da delegação brasileira dos Jogos internacionais do México, convenceu um grupo de amigos , atletas e dirigentes a entrarem no projeto de uma nova escola e centro de treinamento, dessa maneira no dia 18 de agosto de 1975 , foi criada a ANDE, sua importância se dá por ser considerada o motor embrionário de futuro Comitê Paraolímpico Brasileiro- CPB, criado vinte anos depois.

Daremos mais à frente uma dedicação maior a sua organização e conquistas, aparecendo como sítio de nossa pesquisa e celeiro dos atletas entrevistados, separamos um item somente a respeito dessa instituição.

Mais à frente no decorrer temporal através da Lei 8.028 de 12 de abril de 1990, foi criada a Secretaria de desportos da Presidência da República (SEDES/PR), no governo do presidente Fernando Collor de Melo, importância por estar diretamente ligada ao Presidente, que em suas finalidades destacamos o artigo 14:

[...] realizar estudos, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do desporto no País, de acordo com a Política Nacional de Desportos, além de zelar pelo cumprimento da legislação desportiva e prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, aos Territórios e às entidades nacionais dirigentes dos desportos (BRASIL, 1990, não paginado).

Esse mesmo dispositivo legal estabeleceu uma estrutura básica de Departamento contemplando o desporto para pessoas com deficiência, onde teriam as seguintes competências, denominado Departamento de Desportos das Pessoas com Deficiência, segundo o seu artigo 8:

- III - articular-se com instituições de ensino de educação física e desporto, objetivando a troca de experiências e cooperação técnica;
- VI - promover a articulação e a cooperação técnica com outras entidades, visando a apoiar as instituições de educação especial na implementação do desporto especializado;
- V - promover e divulgar eventos na área do desporto especial;
- VI - subsidiar as entidades e os sistemas de educação especial na análise, orientação e atualização técnico-didático-desportiva;
- VII - propor alternativas de captação de recursos para transferência e aquisição de tecnologias;
- VIII - desenvolver estudos e pesquisas com vistas à avaliação dos resultados obtidos na área psicossocial da pessoa portadora de deficiência;
- IX - elaborar ou promover a divulgação de publicações técnico-pedagógicas, relacionadas com o desporto para pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL, 1990, não paginado).

Com o surgimento do departamento supracitado torna-se interessante a definição dos termos discutidos como: desporto adaptado, atividade adaptada. A revisão de literatura nos levou a as seguintes definições:

Araújo, com base na concepção de Rodrigues, considera que podemos discutir atividade adaptada da seguinte forma:

Este termo parece sugerir que a atividade é estandardizada e que para ser praticada por pessoas com deficiência necessita de ser adaptada. Esta lógica funciona por exemplo para referir ao basquete em cadeira de rodas, mas será que verdadeiramente a podemos usar com por exemplo o "bocha" que foi criado exclusivamente para pessoas com paralisia cerebral? Talvez sim, dado que o termo adaptação tem também uma conotação que se identifica com a manipulação de variáveis ecológicas. A atividade, os materiais, os estilos de ensino, os enquadramentos, etc. tem que ser adaptada porque a pessoa tem menos possibilidade de adaptação. Adaptar uma atividade em sentido lato pode ser pois construir uma atividade para um objetivo definido- por exemplo desenvolver a consciência corporal. Adaptação ou usando um termo mais genérico- a adaptabilidade pode-se referir a modificações numa atividade padronizada'. Referente ao um desporto, pode criar um envolvimento específico de atividade não padronizada e pode ainda criar um contexto com objetivos claramente terapêuticos ou reeducativos. (ARAÚJO,1997 p. 5).

Araújo, inclusive, defende que:

Entendemos atividade adaptada como a busca de adequação de meios para se efetivar um resultado desejado, diante da ausência ou da impossibilidade de se usar os meios convencionais que foram estabelecidos como sendo a maneira correta de se executar ou praticar uma tarefa ou atividade. (ARAÚJO,1997 p. 5).

O mesmo autor comenta, também, sua definição sobre desporto adaptado:

Desporto Adaptado, para nós, significa a adaptação de um esporte já de conhecimento da população. Este conhecimento está relacionado às regras estabelecidas e sua prática. Como exemplo temos o futebol: a maioria dos brasileiros tem conhecimento de suas regras e do seu desenvolvimento enquanto jogo. Mas o futebol para amputado, por exemplo, é desconhecido pela maioria dos brasileiros e a necessidade de adaptação de suas regras, como a busca de meios para que populações diferenciadas possam praticá-lo, levou-o a ser classificado como Desporto Adaptado. Isso acontece no Desporto Adaptado e praticado pelas Pessoas Portadoras de Deficiências. O atletismo para as pessoas portadoras de deficiência física (P.P.D.F), deficiente visual (D. V), deficiência mental (D.M) e deficiência auditiva (D.A) é um bom exemplo. A modalidade permanece na sua essência, mas é adaptado ao praticante. (ARAÚJO,1997 p. 5).

Já Winnick (1990 *apud* ARAÚJO 1997, p. 5) define desporto adaptado de seguinte forma:

[...] experiências esportivas modificadas ou especialmente designadas para suprir as necessidades especiais de indivíduos. O âmbito do esporte adaptado inclui a integração de pessoas portadoras de deficiências com pessoas "normais", e lugares nos quais que se incluem apenas pessoas com condições de deficiência.

Segundo a Federação Internacional de Esporte Paraolímpico (2014) desporto paraolímpico ou Esporte Paralímpico ou paraolímpico é o desporto para pessoas com deficiências físicas, visual ou intelectual, exibido nas modalidades disputadas nos Jogos Paraolímpicos de Inverno ou de Verão. Os Jogos Paraolímpicos são o maior evento internacional para atletas com algum tipo de deficiência.

Com o processo sendo institucionalizado as entidades passaram a receber recursos do governo federal para a realização de seus eventos, contudo foram estimuladas a participação em competições nacionais e internacionais. Com isso veio a criação de novas entidades, estas, focadas no esporte paraolímpico que objetivaram seu desenvolvimento no país. (BEGOSSI; MAZO, 2016).

Uma solicitação especial oriunda do Comitê Paraolímpico Internacional-IPC, conduziu os países a criação de comitês nacionais de desenvolvimento e assessoramento do esporte paraolímpico, dessa maneira esses comitês existiriam abrigando as associações e /ou entidades que de antemão já trilhavam nesse foco de desporto adaptado. Tal solicitação originou a criação de uma comissão provisória ligada à Secretaria de Desportos de Presidência da República do MEC. Essa comissão tinha por objetivo a criação da burocracia necessária para o surgimento de Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, essa comissão foi composta pelos representantes das seguintes entidades: Associação Nacional de Desporto de Deficientes (ANDE), Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (ABRADECAR) Associação Brasileira de desportos para Cegos (ABCD); Confederação Brasileira de Desportos para Surdos (CBDS); Associação de desportos para Amputados (ABDA); fruto dessa coordenação originou um ano depois o CPB

no dia 9 de fevereiro de 1995. (ARAÚJO, 1997; BEGOSSI; MAZO, 2016; REGINATTO; SOUZA, 2016)

Begossi e Mazo afirmam sobre o CPB:

O CPB tornou-se o órgão de administração do esporte para pessoas com deficiência no Brasil, buscando atender as solicitações do Comitê Paralímpico Internacional. Ademais, a institucionalização do CPB representou um avanço para o desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência no país, uma vez que passou a ser a ligação entre as associações, os governos e a iniciativa privada. Apesar disso, muitas foram as entidades criadas, concomitantemente, a este longo processo de estruturação de uma organização representativa do esporte paraolímpico, em âmbito governamental. BEGOSSI; MAZO, 2016, p. 2993).

Devemos afirmar que antes de formação do CPB o desporto Paraolímpico era conduzido de maneira amadora, longe dos padrões de competições internacionais. No entanto essas iniciativas devemos as instituições como o Clube do Otimismo e o Clube dos Paraplégicos, estruturas que se voltavam ao desenvolvimento do esporte para PcD mais precisamente no basquete sobre cadeira de rodas. Devemos destacar dois nomes: Robson Sampaio e Sergio Seraphim Del Grande, respectivamente, em suas entidades clube do Otimismo e clube dos Paraplégicos foram figuras cruciais por desenvolver e inspirar essas atividades, ambos obtiveram experiência em incursões ao programa de reabilitação nos Estados Unidos, onde vivenciaram as práticas esportivas já em plena consolidação e vislumbraram esse horizonte no cenário Brasileiro. (ARAÚJO, 1997; BEGOSSI; MAZO, 2016).

2.6.1 Associação Nacional de Desporto para Deficientes – ANDE

Como mencionado no item anterior, o surgimento da entidade veio de um “*brainstorm*” ocasionado pela união de atletas, comissão técnica e dirigentes em um retorno de competição. Dessa maneira a ANDE foi fundada com a missão de agregar todos os esportes praticados pelo público de atletas com deficientes. No decorrer do tempo, com a estruturação do esporte paralímpico por áreas de deficiência coube a ANDE a responsabilidade de fomento e desenvolvimento do desporto para as pessoas com paralisia

cerebral (PC). (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2020).

Com foco no alto rendimento, a busca por medalha é o cotidiano da Instituição segue abaixo um quadro demonstrativo de medalhas:

Tabela 6 - Quadro de Medalhas Olímpicas

	Atenas 2004			Pequim 2008			Londres 2012			Rio 2016		
	Ouro	Prata	Bronze	Ouro	Prata	Bronze	Ouro	Prata	Bronze	Ouro	Prata	Bronze
Bocha				2		1	3		1	1	1	
Futebol PC		1										1
Petra*												

Fonte: ANDE³

(*) a Petra também conhecida como Race Running, ainda não faz parte do quadro Paraolímpico.

As modalidades gerenciadas pela ANDE demonstram o profissionalismo da entidade com todos os processos, da classificação dos indivíduos em suas respectivas categorias até a capacitação de profissionais para o atendimento e fiscalização dessas modalidades, descreveremos a seguir tais modalidades.

Race Running, conhecida no Brasil como Petra, é praticado no País desde 2009 por iniciativa da ANDE. Originária da Dinamarca, faz a utilização de um triciclo proporcionando ao atleta com paralisia cerebral a capacidade de correr de forma ereta utilizando o motor de seus próprios membros inferiores. Como toda modalidade do Paradesporto os atletas devem ser classificados em categorias de funcionalidade, neste caso são elas RR1, RR2 e RR3. Como indicado no manual:

PERFIL: Race Runner 1 (RR1):

- Envolvimento severo das pernas e tronco.
- Nesta classe, apenas são observados padrões brutos de movimentos únicos, flexão e extensão, com propulsão de perna ineficaz.
- Dificuldade em isolar movimentos articulares individuais, propulsão de pernas ineficaz, arrastar os pés, assimetria severa ou nenhum movimento de perna alternada, má coordenação e má controle do tronco.

³ Disponível em: <http://ande.org.br/historia> **Erro! Apenas o documento principal..**

- Pobre controle do passo.
- Pode ter uma função limitada de mão e braço - unilateral ou bilateral
- Envolvimento de membros, função de mão limitada que requer ajudas de colocação de mão,
- Apresenta o reflexo repentino de assombro.
- Espasticidade de grau 3 e / ou 4 no ASAS nas extremidades inferiores, grau 3 nas extremidades superiores do ASAS.
- Esta é a classe de atletas com atetose severa, espasticidade, ataxia, distonia, hipotonia ou com comprometimento neurológico misto.

Dificuldades graves na coordenação do movimento funcional do atleta e o controle do corpo caracterizam esta classe. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2012a, não paginado).

PERFIL: Race Runner 2 (RR2):

- Apresentam espasticidade, atetose, distonia, ataxia ou fraqueza que limita os movimentos de empurrão efetivos das extremidades inferiores.
- Envolvimento moderado nas extremidades superiores e no tronco.
- Pode precisar de luvas para manter as mãos no guidão,
- Envolvimento moderado a grave nas extremidades inferiores.
- O padrão de passo pode ser curto, assimétrico ou unilateral, mas mais efetivo do que RR1, podendo alternar a perna.
- Limitada eficácia do passo.
- Atletas com espasticidade teriam grau 2 ou 3 no ASAS na menor extremidades ou grau 3 em pelo menos 1 extremidades inferiores.
- Apresentam mínimo ou nenhum arrastar dos pés.

Assimetria ou amplitude de movimento limitada, coordenação pobre na extremidade inferior, tronco justo e controle de extremidade superior, com a eficácia de estrutura limitada caracterizam esta classe. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2012a, não paginado).

PERFIL: Race Runner 3 (RR3):

- Apresentam envolvimento leve a moderado em uma ou ambas as extremidades superiores, controle de tronco justo a bom e envolvimento moderado nas extremidades inferiores, com a habilidade de isolar movimentos das extremidades inferiores.
- Os atletas terão movimentos de perna simétricos ou ligeiramente assimétricos com bom empurrão e com movimento de perna alternativo.
- Início da corrida efetivo com boa aceleração.
- Não há reflexo inicial.
- Atletas com espasticidade teriam grau 1 ou 2 em ASAS.
- Direção e frenagem adequadas com as extremidades superiores e geralmente não usam cintas.
- As contraturas do quadril e do passo podem limitar o comprimento do passo.
- Atletas com atetose podem mostrar um padrão de movimento mais suave conforme a velocidade aumenta.

Coordenação assimétrica difícil ou moderada nas extremidades inferiores, moderado para boa direção e função do tronco, e começo eficaz com boa aceleração caracterizam esta classe. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2012a, não paginado).

Futebol PC modalidade que se assemelha ao conhecido e tradicional futebol que voltada para as classes menos afetadas de acometidos com a Paralisia Cerebral. Suas regras continuam semelhantes ao futebol convencional com dois tempos de 30 minutos, um campo reduzido de 70m x 50m; baliza com 5m x 2m; marca do pênalti situada a 9,20m; não tem impedimento; possibilidade de cobrança do lateral com os pés e com as mãos (forma convencional).

Quanto à classe funcional:

A classificação fornece uma estrutura para a competição e ocorre em nível de Clube, Estado, Nacional, Regional e Internacional, tendo dois papéis importantes:

- a) definir quem é elegível para competir no esporte e consequentemente quem tem a oportunidade de atingir o objetivo de se tornar um para-atleta; e
- b) agrupar atletas em classes que visam assegurar que o impacto da deficiência seja minimizado e a excelência esportiva determina qual atleta ou equipe é finalmente vitorioso. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2012b, não paginado).

As classes funcionais se apresentam como:

FT1:
Comprometimento Severo

- A) Espasticidade Bilateral.
- B) Discinesia/Ataxia.
- C) Espasticidade Unilateral.

FT2:
Comprometimento Moderado

- A) Espasticidade Bilateral.
- B) Discinesia/Ataxia.
- C) Espasticidade Unilateral.

FT3:
Comprometimento Leve

- A) Espasticidade Bilateral.
- B) Discinesia/Ataxia.

C) Espasticidade Unilateral. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2012b, não paginado).

A modalidade de Futebol PC possui a sua seleção Nacional, teve entre seus resultados mais expressivos o bronze em 2016, bronze na Copa do Mundo de 2019 e ouro no Parapan de Lima em 2019. Associado aos resultados das categorias de base as conquistas foram de campeões mundiais na categoria sub19 em 2018.

A Bocha modalidade que incluiu deficiências severas no hall de esportes paraolímpicos, esse grau de severidade pode ser motor ou múltiplo. Presentes em mais de 50 países pelo mundo, a Bocha pode ser praticada em duplas ou equipes no gênero masculino e feminino como de forma múltipla, ou seja, mulheres e homens competem juntos e igualitariamente. A presença de outras deficiências além da Paralisia cerebral pode ser presente caso esse indivíduo comprove o grau de deficiência exigido. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2020).

A regra é formada de treze bolas, sendo seis azuis, seis vermelhas e uma branca, todas compostas de fibra sintética e peso de duzentos e oitenta gramas. O objetivo do jogo é agrupar as bolas coloridas da bola branca, que nesse jogo leva o apelido de “Jack”, requisitando a habilidade e estratégia dos participantes. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2020).

Segundo o site da ANDE.org.br, temos quatro classes de acordo com o grau de deficiência do atleta:

BC1:

Atletas que são diagnosticados com Quadriplegia Espástica ou Atetose ou que podem ter uma imagem mista, incluindo aqueles com Ataxia grave.

Os jogadores desta classe lançam a bola com a mão ou o pé. Eles podem competir com um assistente que fica fora do box (área de jogo do competidor), para estabilizar ou ajustar sua cadeira de jogo e dar a bola ao jogador quando solicitado.

BC2:

Atletas que são diagnosticados com Quadriplegia Espástica ou com Atetose/Ataxia.

Jogadores nesta classe jogam a bola com a mão. Eles não são elegíveis para assistência.

BC3:

Atletas que se encaixam no perfil físico de um atleta BC1 ou BC4 (conforme detalhado em cada perfil físico), mas que não conseguem segurar / jogar a bola, podem ser elegíveis como um atleta BC3 desde que atinjam os critérios abaixo.

Os jogadores desta classe apresentam disfunção locomotora muito grave nas quatro extremidades. Os jogadores desta classe não têm uma ação sustentada ou liberada e, embora possam ter movimento do braço, eles têm uma amplitude de movimento insuficiente para impulsionar uma bola de Bocha para a quadra. Eles podem usar um dispositivo assistivo, como uma rampa (calha) para entregar a bola. Eles podem competir com um assistente (calheiro); os assistentes devem manter as costas para a quadra de jogo e não podem se virar para ver a partida.

BC4:

Atletas que são diagnosticados com condições de origem NÃO cerebral central que não possuem espasticidade, ataxia ou atetose.

Os jogadores nesta classe apresentam disfunção locomotora grave de todas as quatro extremidades, além de controle do tronco. Eles podem demonstrar destreza suficiente para jogar a bola na quadra. Os jogadores não são elegíveis para assistência. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2020, não paginado).

Dado a importância da Bocha para a ANDE, verificamos um calendário robusto e otimizado para seus praticantes, constando de:

- a) Seis campeonatos regionais totalizando 1200 participantes, sendo 480 atletas;
- b) Dois campeonatos Nacionais, com 420 participantes no total, sendo 160 atletas;
- c) Um campeonato OPEN Regional aberto para países do mesmo continente.
- d) Um Mundial para países de todo continente
- e) A cada dois anos - Campeonato Continental, Copa América, Campeonato Europeu, campeonato Asiático.
- f) A cada quatro anos – Mundial de Bocha, Parapan-americanos e Jogos Paraolímpicos.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O presente estudo utilizará o método do Estudo de Caso, temos como cerne um fenômeno contemporâneo onde buscaremos analisar um cenário de uma política pública de assistência, do Governo Federal, através do esporte e promoção de fomento à atividade em questão. Tal opção metodológica nos auxiliará a entender o processo da implementação do programa federal em relação ao ator atleta e os recursos oriundos do patrocínio da iniciativa privada.

Nossa pesquisa será um estudo de caso, exploratório onde avaliaremos os efeitos do programa federal da Lei de Incentivo ao Esporte. Yin (2001) defende a aplicação da taxonomia tipo 2, para estes casos e a incorporação com duas unidades de análises.

A escolha do método nos proporciona uma ampla análise do fenômeno em questão, consistindo em sua primeira fase a busca pela aprovação da comissão responsável da parte acadêmica e pesquisa da ANDE e de posse dessa autorização via assinatura da direção, nos foi cedido a direito de utilizar a população de paratletas medalhistas da instituição.

Em seguida efetuamos através da técnica de grupos focais ou validação por experts, técnica defendida por Varanda (2017) em seu estudo “Validação de instrumentos na pesquisa qualitativa: contribuições de um professor pesquisador em formação” a confirmação de confiabilidade e validação da anamnese.

O conjunto de questões propostas na anamnese foi apresentada a um corpo técnico de cinco acadêmicos doutorados e especialistas na área do estudo, onde após suas análises, confirmaram a eficiência da Anamnese.

Tal documento foi enviado através da plataforma Google Forms para toda a população de paratletas inscritos na ANDE. Em contato com o Diretor Técnico da Instituição, levantamos o quantitativo de atletas registrados no banco de dados da ANDE. Dessa forma, através do aplicativo de conversas *Whatsapp*, o link da Anamnese foi enviado a toda população inscrita.

Com respostas curtas e objetivas como: Qual seu Sexo?(masculino ou feminino), Qual a sua classificação funcional? Qual a sua modalidade? (Petra-

Race Running, Futebol PC ou Bocha), Você é possuidor ou não de medalha? Com indicativo de qual em caso positivo (ouro, prata ou bronze). Você é oriundo de projeto social incentivado pela LIE? (sim/não) E qual local de ocorrência do primeiro contato com a modalidade? Nos deu um panorama de formação dessa população.

A partir daí, os projetos relacionados pelos atletas foram comparados com a base de dados da Secretaria de Esportes de Governo Federal, nos provendo o indicativo de projeto beneficiado ou não. No entanto, todos os dados foram compilados para confirmar a importância de projetos sócio esportivos beneficiários ou não da LIE com a formação do Paratletas da ANDE.

O presente estudo ficou prejudicado em relação ao seu objeto devido à pandemia do corona vírus que ocasionou a crise sanitária e derrubou o planejamento na obtenção de dados no campo do CPB. Dessa maneira, a saída proposta foi a execução de um menor recorte metodológico e, conseqüentemente, a redução no grupo de atletas avaliados, mas que possibilitasse a obtenção de respostas, todavia, mantendo o objetivo principal de análise da política proposta.

4 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS PELA ANAMNESE.

O capítulo a seguir concentra todo o relatório da análise feita dos dados coletados junto à população de atletas da ANDE. O recorte metodológico nos concentrou todos os profissionais que estão em fase de treinamento e são detentores de medalhas ou não, com o intuito de descobrir se estes foram oriundos de projetos sociais, ou no nosso objetivo principal, advindos de projetos beneficiados pela LIE.

Dessa maneira apresentaremos os resultados obtidos devido as respostas efetuadas na anamnese criada via plataforma *Google Forms*, após o envio via link de transmissão pelas plataformas de *WhatsApp*, os atletas puderam responder as perguntas orientadas de maneira rápida e objetiva, facilitando a formação da tabela de dados.

Tabela 7 - Nº de Atletas participantes

Total de Respostas	43
--------------------	----

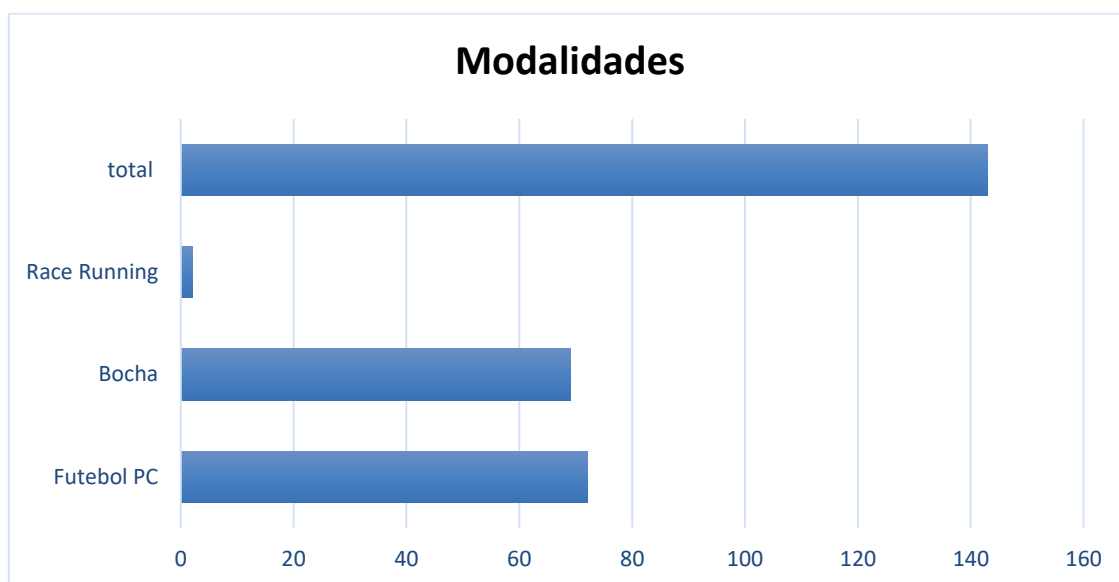
Fonte: Próprio autor.

Na população avaliada tivemos o engajamento de 143 atletas provendo as respostas solicitadas.

Em virtude da análise dos dados nos vimos na necessidade de confirmar a resposta de "projetos beneficiados pela LIE" quanto a veracidade, esta ação foi a principal dificuldade nessa fase. A nova interface do Ministério da Cidadania e da Secretaria Especial de Esportes não proporcionava a pesquisa direta junto a uma base de dados bem elaborada e de fácil acesso, nos forçando a pesquisar via *Google* cada resposta para confirmação do benefício. Todavia esse trabalho ter acontecido e tomado grande tempo do pesquisador, foi confirmada as respostas uma a uma para não termos desvios nas análises.

Seguindo com o estudo, quando questionamos qual a modalidade do atleta, tivemos a oportunidade de quantificar por modalidade como demonstra a tabela e gráfico abaixo.

Gráfico 1- Quantitativo Modalidades



Fonte: Próprio autor.

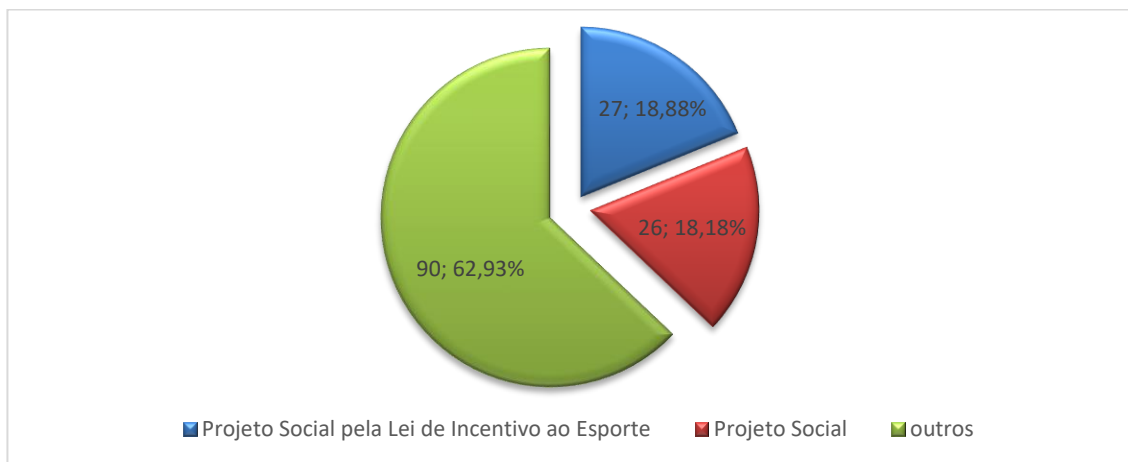
Verificamos o maior número de atletas na modalidade Futebol PC, reação já esperada devido a característica de esporte coletivo, o que nos vem a salientar a força da modalidade BOCHA que se aproxima do número do Futebol PC sendo uma modalidade individual.

Tabela 8 - Perfil dos Atletas

Onde você teve o PRIMEIRO contato com a sua modalidade?	TOTAL
Projeto Social pela Lei de Incentivo ao Esporte	27
Projeto Social	26
Outros	90

Fonte: Próprio autor.

Gráfico 2 - Origem do Atletas

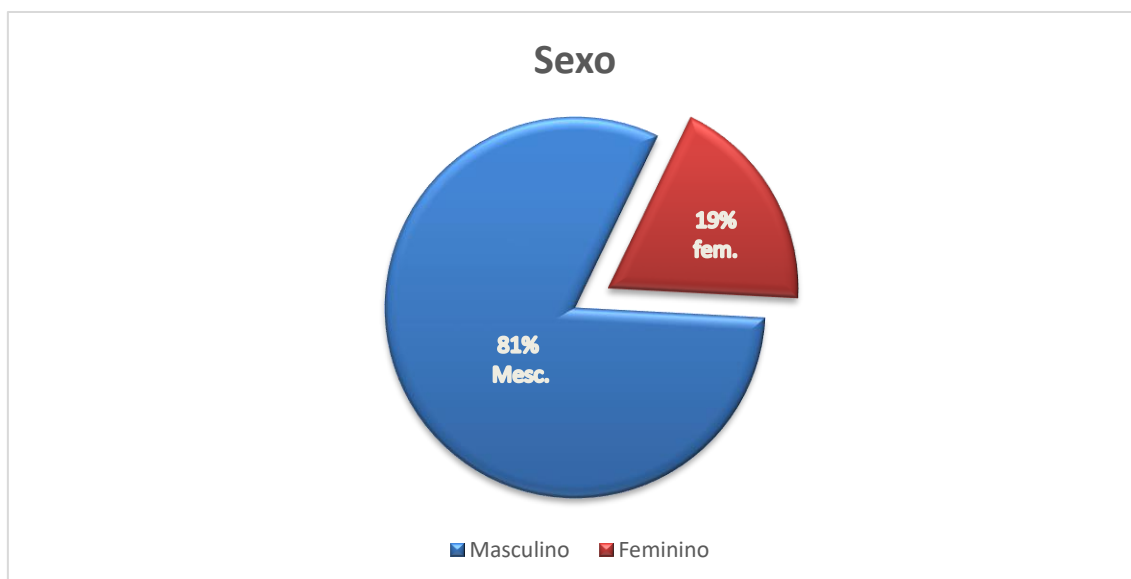


Fonte: Próprio autor.

Verificamos na tabela e gráfico acima a quantidade de atletas e suas origens, podemos dar destaque a quantidade de atletas advindos de projetos sócioesportivos sejam eles com ou sem o benefício da LIE, figurando 37% de toda população. toda população.

Ao destituirmos a obrigatoriedade de algumas respostas, elegemos as que não implicariam no resultado final do estudo, dessa maneira quando perguntamos o sexo do atleta somente 75 deles expressaram suas condições. Lembramos que ao perguntarmos esse quesito nos interessamos em saber quanto a sexo masculino ou feminino, em vista das discussões de gênero presentes na sociedade preferimos não adentrarmos nessa análise. O gráfico abaixo exemplifica as respostas que tivemos e nos apresenta o mais uma opção de perfil da população avaliada.

Gráfico 3 - Quantitativo Sexo



Fonte: Próprio autor.

O gráfico acima demonstra a grande maioria de atletas masculinos, haja visto o peso da modalidade futebol PC, praticada majoritariamente por homens, 61 indivíduos que correspondeu à 81% foi peso dos atletas masculinos que participaram do estudo, contra apenas 14 mulheres cerca de 19% correspondente do público feminino.

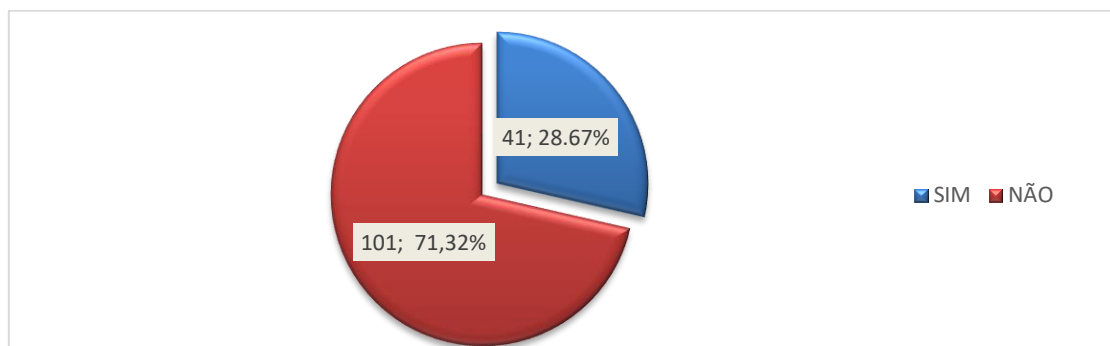
Logo em seguida desenvolvemos uma pergunta que balizou o estudo, ao solicitarmos a informação de quem foi medalhista, entramos num dos objetivos específicos e consequentemente possibilitou através das respostas efetuadas a obtenção do cerne da pesquisa. Verificamos a incidência de 41 atletas possuidores de medalhas, nas diferentes categorias, o que representou 29 % da amostra populacional avaliada, mais uma vez montamos um gráfico para melhor visualizar a expressão dessa amostra.

Tabela 9 - Atletas Medalhistas da Ande

Você é medalhista?	TOTAL
SIM	41
NÃO	102

Fonte: Próprio autor.

Gráfico 4 - Quantitativo Medalhistas



4.1 MEDALHISTAS DA ANDE ORIUNDOS DE PROJETOS BENEFICIADOS PELA LIE.

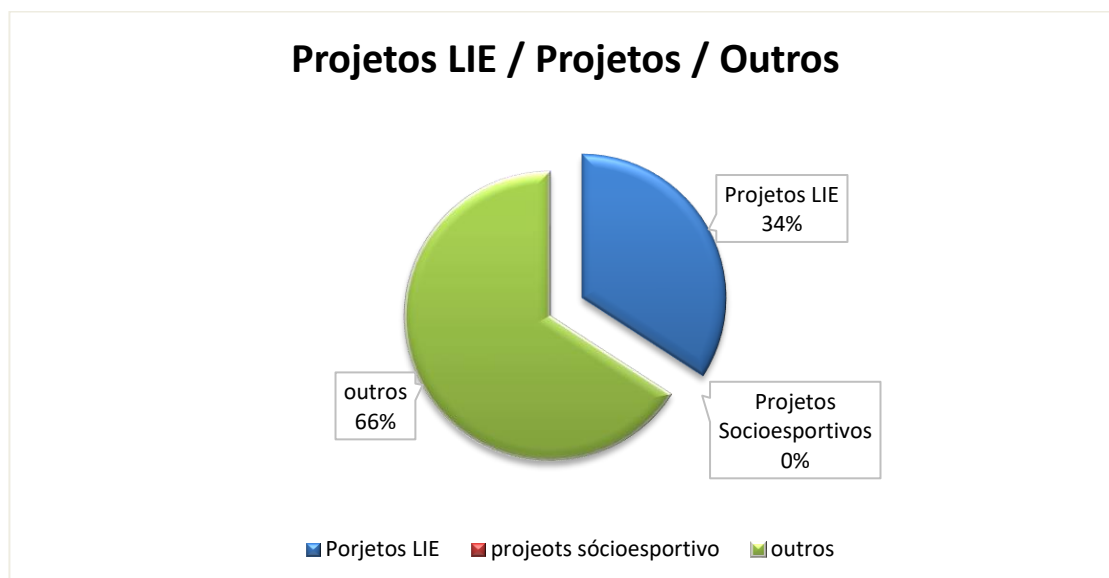
Auferimos em nosso estudo o total de 14 medalhistas, número que correspondeu a 34% do grupo de medalhista total da ANDE. Com essa análise entendemos que cerca de 1/3 dos resultados da instituição é oriunda de atletas que necessitaram do financiamento público.

Tabela 10 - Medalhistas da Ande beneficiados pela LIE

Medalhistas na ANDE oriundos de Projetos Sócio esportivos beneficiados pela LIE	
TOTAL	4

Fonte: Próprio autor.

Gráfico 5 - Relação LIE Formação de Medalhistas ANDE



Fonte: Próprio autor.

O estudo nos apresenta os dados numéricos e percentuais para futuras análises em maiores recortes. Com o intuito de analisar a política da LIE, podemos verificar a sua importância na formação desses atletas.

4.2 ATLETAS MEDALHISTAS DA ANDE PROVENIENTES DE PROJETOS SÓCIO ESPORTIVOS NÃO BENEFICIADOS PELA LIE

Verificamos junto aos dados que os projetos sócio esportivos não fizeram grande peso sobre o resultado da população avaliada. Com o resultado zerado para medalhistas, o grande peso desse processo se dá na formação de atletas para os quadros paradesportivos, configurando 18% de todo quadro de atletas da população avaliada.

4.3 A LIE, A ANDE E O PARADESPORTO.

Os dados analisados nos proporcionaram um ambiente de análise muito favorável para enxergarmos os objetivos traçados no início dessa pesquisa. Tal

compilação de resultados nos apontaram números expressivos mesmo com o recorte do estudo reduzido devido as limitações expostas no capítulo dois.

Nesse subtema colocaremos os números dos projetos beneficiados pela LIE. Na população avaliada descobrimos um total de 27 atletas provenientes desse tipo de projeto.

Importante ressaltar que desses 27 atletas obtivemos 14 indivíduos situados no hall de medalhistas, ou seja, 51,85% atingiram os melhores resultados previstos em suas modalidades.

Essa expressão de resultado se deu no ambiente da ANDE, com 143 atletas envolvidos e um recorte de 41 medalhistas, a replicação desse estudo na Instituição CPB nos evidenciará um panorama mais abrangente e relevante quanto a importância dessa política a população do Paradesporto.

Devemos ressaltar que mediante o atleta ser oriundo desse tipo de projeto configura a importância da política nesse nicho de população, prova também que o apoio as classes mais vulneráveis, pode sim extrair o melhor destes.

Segundo a Constituição Federal (1988) artigo 5º.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes". (BRASIL, 1988, não paginado).

Como toda política social devemos nos basear no princípio da igualdade, segundo a famosa frase de Aristóteles: "Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades".

Dessa forma justifica o esforço em otimizar cada vez mais a política em vista o incremento desses números e conseqüentemente, aumento dos indivíduos beneficiados pelo programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte como direito social foi uma vitória para toda sociedade brasileira, isso só foi possível a partir da promulgação da nossa carta magna. A Constituição Federal de 1988 marcou o setor do esporte com essa transformação e delegou a obrigação de ações diretas para promoção do setor esportivo brasileiro. O que se viu foi a necessidade legal agora como obrigação constitucional do Estado Brasileiro na proposição de políticas públicas para o esporte viabilizando e o acesso e seu consequente desenvolvimento a todo cidadão.

Devemos destacar a figura dos tradicionais grupos esportivos o protagonismo de inserção do tema na Assembleia Nacional Constituinte, conseguindo no art. 217 uma liberação legal reafirmando sua autonomia e liberdade de funcionamento. (DINIZ, 2016).

Nesse cenário houve o aumento da movimentação legislativa em criar dispositivos que atendesse todas as demandas, principalmente a fraca estrutura de financiamento, a social e do desenvolvimento do setor. Com isso tivemos a pioneira ação com o a Lei Mendes Thame nº 7.752/1989, instrumento esse que não foi uma ação de comum acordo entre o Legislativo e o Executivo, dentre outras ocorrências, nem chegou a ser executada.

A Lei Zico nº 8.672/1993, foi um marco de fortalecimento do setor esportivo podendo ser considerada um de seus destaques a sua evolução com propostas aditivas ao instrumento genuíno por diferentes governos que atravessaram o momento. Seguiu seu curso e estabeleceu novas providências como uma definição do desporto com a consolidação das categorias: esporte educacional, participação e rendimento. Podemos afirmar que antes da Lei Zico e da criação da Secretaria de desportos da Presidência da República o assunto esporte era somente uma discussão sobre teorias e não havia previsão de ações efetivas para execução de políticas públicas para este setor.

Na sequência histórica surgiu a necessidade de abordar temas mais complexos onde a lei Zico não tinha abrangência, uma nova movimentação levou ao cenário legislativo uma rodada de debates que mobilizou as

comissões e o plenário do Congresso Nacional e após três anos culminou na aprovação do novo código do esporte Brasileiro a Lei Pelé. Em uso até os dias de hoje, tal dispositivo reafirmou as categorias do esporte, estabeleceu regras as instituições que administravam dinheiro público e principalmente promoveu mudanças na administração dos clubes de futebol. A Lei Pelé nº 9.615/1998 é o instrumento legal, ainda vigência no cenário esportivo, que reafirmou as manifestações consolidadas pela Lei Zico e apresentou modernizações no ambiente do esporte.

No tocante histórico devemos salientar a promulgação da Lei Agnelo Piva nº 10.264/2001, que alterou a Lei Pelé e apresentou nova forma de financiamento esportivo. Com o estabelecido repasse de verbas da loteria federal para instituições esportivas, principalmente com o volume diferenciado as manifestações de rendimento, tornou-se a principal fonte de custeio do COB e do CPB.

No contexto das inovações legislativas ao financiamento esportivo a Lei do Bolsa atleta nº 10.891/2004, apresentou as faixas de repasse dos recursos direto aos atletas, orçamento proveniente o ME, estabeleceu categorias aos beneficiários, atleta de base até bolsa Pódio, com valores que partiram de 370 reais até 15.000 reais.

Com a criação e consolidação do Ministério do Esporte o Estado Brasileiro apareceu como executor de políticas públicas, através da criação de suas secretarias: Secretaria Nacional de Esporte Educacional, Secretaria Nacional de Esporte Lazer, Secretaria Nacional de Esporte de Rendimento, o ambiente se tornou favorável para debates quanto ao desenvolvimento de setor esportivo no País. Tal momento se deu quando Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse e no seu processo de criação de base política no Congresso, cedeu ao PC do B as indicações para liderança da pasta. A agenda adotada pela respectiva gestão permitiu o desenvolvimento das políticas públicas tão ávidas pela sociedade esportiva brasileira, em busca da organização, do financiamento e estruturação do setor.

Em 2004 foi através do decreto presidencial, a portaria do então Ministro Agnelo Queiroz foi regulamentada instituindo as Conferências Nacional do

Esporte, tal movimento reforçou a participação da sociedade quanto a formulação das políticas públicas para o esporte. Respeitando as etapas regionais a presença da sociedade na construção das políticas públicas para o esporte era a grande ferramenta da agenda populista dos gestores, consequentemente obteve novas proposições a Lei Pelé.

Em virtude dos movimentos provocados nas CNE e consequente mobilização do Congresso nacional, em 2003, como resultado de um debate e proposições sobre o financiamento esportivo, foi apresentada a proposta da Lei de Incentivo ao Esporte, matéria muito semelhante já tramitava nas comissões da Câmara dos Deputados, tal proposta foi juntada a projeto do Deputado Federal Bismarck Maia (PSDB/CE) e por haver matéria antiga em tramitação teve seu curso facilitado. Em virtude da celeridade do processo de aprovação, o ambiente foi se tornando apreensivo, principalmente, pelos representantes que tinham o setor cultural como agenda. Tais tensões se deram pois se discutia como fontes de financiamento o mesmo benefício fiscal, através da renúncia do Imposto de renda, colocando em risco as fontes já estabelecidas aos programas da Lei Rouanet e Lei do Audiovisual.

John Kingdon apresentou em seu texto, "Como chega a hora de uma ideia", o modelo de múltiplos fluxos, a abordagem teórica que compreende bem a evolução do processo de criação da LIE. Destacamos a sequência histórica das políticas anteriores, associado a resposta popular à CNE. A promulgação da Lei 11.438/2006 foi a resposta a comunidade esportiva após as rodadas de debates e inclusão na agenda governamental, aproveitando a "janela de oportunidades" dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. (BRASIL, 2006; DINIZ, 2016; REIS, 2014; SARAIVA; FERRAREZI, 2006; SILVA, 2018).

A criação da LIE foi potencializada pelo surgimento e consolidação do ME e das CNE e com o objetivo definido, ser o mecanismo de financiamento do esporte brasileiro. Segundo NASCIMENTO, (2019) de fato, esse objetivo foi confirmado, o primeiro decênio da LIE trouxe extra orçamentariamente ao cenário esportivo cerca de dois bilhões de reais. Demonstrando a pujança e as futuras possibilidades do programa.

Segundo o Relatório de gestão do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte do antigo Ministério dos Esportes, o primeiro decênio da LIE obteve resultados vultuosos no que se refere a valores financeiro extra orçamentários para o cenário esportivo. Com 26% dos projetos apresentados na modalidade educacional, 22% participação e 52% de alto rendimento.

Somente em 2016 foram deduzidos R\$ 265.727.473,33, valor que corresponde aproximadamente a 4% do PIB brasileiro, em benefício do esporte, por meio da LIE, totalizando R\$ 1.831.832.887,71 no recorte proposto pelo estudo. Porém ressalvamos a fragilidade do relatório em virtude a não informação sobre as modalidades paradesportivas, tratando a informação globalmente dentre todo o cenário.

Ainda em referência ao impacto social promovido pela política, convida-se ao pensamento sobre o ambiente da desigualdade social do Brasil, assunto que tal política em discussão, devido aos números apresentados, como a diferença de captação de 80% do valor arrecadado e 64% dos projetos aprovados serem de origem na região sudeste, em oposto aparece a região norte e nordeste juntas captaram cerca de 3% dos recursos do programa e 5% dos projetos aprovados. Tais dados reafirmam a discussão na responsabilidade do poder público em promover maior equidade na distribuição desse recurso.

Essa diferença ainda aparece como grande balizador na promoção do esporte como direito social, devido a manutenção das diferenças encontradas no resultado da política. Em oposto a esse resultado podemos confirmar o aumento de recursos e financiamento esportivo, fato que se propôs o programa da LIE, atendendo aproximadamente 978.650 mil pessoas segundo o relatório do antigo Ministério dos Esportes.

Mas como toda política pública, existem problemas que surgem no seu andamento e com a LIE não foi diferente. Segundo Matias e outros autores (2015) a concentração dos recursos se deu na regiões mais ricas do país, aumentando o *gap* de desigualdade regional e social aos que mais precisam da ajuda do Estado. A dificuldade e burocracia no processo de admissão de projetos, com o baixo valor arrecadado mediante o total disponibilizado foi elucidado por Reginatto e Souza,(2016). Segundo Guerreiro (2016) a falta de

aproximação do Estado com mecanismos de melhoria do entendimento do programa voltado aos apoiadores/financiadores, junto a restrição legal que impõe a não elegibilidade de micro empresas e pertencentes ao regime de lucro presumido é um dos grandes fatores para falta do desenvolvimento pleno do programa.

Deve ser citado a alta concentração de recursos e projetos aprovados para captação na modalidade de rendimento, representando mais de 50% de todo volume, o consequente enfraquecimento da mão gestora e tomadora de decisão do Governo quanto à definição sobre o destino dos recursos públicos, tal assertiva foi defendido pelos autores Diniz (2016) e Nascimento (2019) essas ações configuram alterações que devem ser avaliadas pelos legisladores e gestores da política pública.

Devemos apresentar o momento atual do novo Governo Federal, contexto esse que promoveu um retrocesso para a política pública que avaliamos. O novo Governo Federal em seu decreto Lei nº 13.844/2019 estabeleceu nova organização básica dos Ministérios e efetuou o rebaixamento do *status* de Ministério do Esporte para Secretaria Especial De Esportes. A declarada objeção as políticas de incentivos fiscais é uma ameaça ao programa que se demonstrou eficaz, mesmo com os ajustes necessários, ao seu objetivo de financiamento do desporto e paradesporto. (BRASIL, 2019).

O paradesporto brasileiro ganhou notoriedade devido aos resultados obtidos nos jogos internacionais trazendo a vontade política no debate em torno essa nova demanda esportiva. Projetos que tiveram sua importância no cenário paradesportivo podemos destacar o Congresso Brasileiro Esporte para Todos (EPT) 1982-84-86; Projeto integrado SEED/CENESP 1984-85; Plano Nacional de Ação conjunta para Integração da Pessoa Deficiente 1985- 1990 com a criação da Coordenadoria para Integração da Pessoa Deficiente – CORDE; e a inserção no Plano Plurianual 1991-95 (definiu um plano geral de esporte do Governo Collor). Fatos estes estudados pelos autores Araújo (1997), Begossi e Mazo,(2016) que em suas conclusões, tais eventos significaram a mudança Governamental no olhar para essa população,

estabelecendo o campo da educação física e do desporto uma área de atuação as PcD.

Este estudo procurou descobrir a relação entre a LIE e a formação de Paratletas membros da ANDE medalhistas de alto rendimento, com o objetivo principal na descoberta do quantitativo de medalhistas que tiveram o seu primeiro contato com o esporte em projetos beneficiados pela LIE.

Para isso contamos com a participação de 143 atletas, todos membros da ANDE, atletas das modalidades: Bocha, Futebol PC e *Race Running* (conhecida no Brasil como Petra). A análise de dados foi possível pelas respostas colhidas através de uma anamnese, criada pela plataforma *Google Forms* e enviado aos participantes através do aplicativo de telefone *WhatsApp*.

Os resultados responderam ao objetivo de pesquisa demonstrando o quantitativo de 14 atletas dos 27 oriundos de primeiro contato esportivo em projetos beneficiados pela LIE. Tal resultado expressou 51,85% de atletas medalhistas no conjunto de indivíduos beneficiados pela LIE e 34,14% do total de medalhistas da ANDE, ou seja, esses atletas do grupo focal representam mais de 1/3 de todo resultado da Associação.

O resultado desta pesquisa vai ao encontro do pressuposto da importância de ações que visem princípio da igualdade de Aristóteles: “[...] promover o tratamento desigual aos desiguais [...]” apenas serve para equilibrar a balança das desigualdades e com tudo isso, demonstrar o objetivo da política sendo alcançado, principalmente na questão do resultado e performance em atletas que representarão o País em competições pelo mundo todo.

As características encontradas junto ao volume de recursos praticado durante os anos de execução da LIE, expressam o papel relevante e o peso que concerne o financiamento e fomento das atividades esportivas do país. O processo gerencial na gestão do recurso encontra as teorias da nova gestão pública (*New Public Management*) e agendas Neoliberais. Mesmo com a necessidade de ajustar a desresponsabilização dessa gestão, em vista da melhor distribuição, o programa LIE se mostrou grande ferramenta de garantia

do esporte como direito social e uma obrigação constitucional do Estado Brasileiro.

Em relação a LIE ainda não existem quantidades consideráveis de estudos que reforcem a importância do programa, acreditamos que esse trabalho contribui para novas pesquisas com o mesmo tema, com recortes maiores, com volumes de financiamentos e respostas ocorridas com as consequentes mudanças do SLIE, fator diretamente ligado à aprovação e gestão da política pública. Promover ferramentas que evitem o encerramento precoce do programa e o retrocesso ao cenário esportivo nacional é uma responsabilidade de nós pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. C. R. A renúncia de receita como fonte alternativa de recursos orçamentários. **Revista do Tribunal de Contas da União**, Brasília, v. 32, n. 88, p. 54-55, abr./jun. 2001.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES. **Manual de Classificação - BOCHA**. Rio de Janeiro: ANDE, 2012b.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES. **Manual de Classificação - RACE RRUNING**. Rio de Janeiro: ANDE, 2012a.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES. **Site ANDES**. [S.l.], 2020. Disponível em: <http://ande.org.br/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

ARAÚJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil**: origem, institucionalização e atualidade. 1997. 140f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/275284>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BASTIDAS, M. G.; BASTOS, F. C. A lei de incentivo fiscal para o desporto e a formação de atletas no Brasil. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, [S.l.], v.1, n. 2, p. 111–121 jul/dez 201. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=view&path%5B%5D=429&path%5B%5D=303>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BEGOSSI, T. D.; MAZO, J. Z. O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: Uma análise legislativa federal. **Ciencia e Saude Coletiva**, [S.l.], v. 21, n. 10, p. 2989–2997, 2016.

BROHM, J. M. **Sociologia política del deporte**. Madrid: [s.n], 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 4.668, de 9 de abril de 2003**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4668.htm. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007**. Regulamenta a Lei no 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6180.htm. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.529 de 21 de julho de 2011**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte. Brasília, DF: Presidência da República, 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7529.htm. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 66.967, de 27 de Julho de 1970**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Brasília, DF: Presidência da República, 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei no 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova, organização ao Ministerio da Educação e Saude Publica. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=378&ano=1937&ato=fc90TSU1EejpXT530>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei no 1.920, de 25 de julho de 1953**. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1953. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%201.920-1953&OpenDocument. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.752, de 14 de abril de 1989**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda e outros tributos, concedidos ao desporto Amador. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%207.752-1989&OpenDocument. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8028.htm. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8672&ano=1993&ato=ca7k3ZU5ENFpWT75c>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.** Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000.** Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9981.htm. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001.** Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Brasília, DF: Presidência da República, 2001a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10264.htm#:~:text=LEI%20No%2010.264%2C%20DE,Art. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003a. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10683&ano=2003&ato=6b1g3Zq10dRpWT0c6>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.** Institui a Bolsa-Atleta. Brasília, DF: Presidência da República, 2004a. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.891-2004&OpenDocument. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.** Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12395.htm. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015.** Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 de junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13135.htm. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em:

https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.844-2019&OpenDocument. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Medida provisória no 150, de 15 de março de 1990.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/mpv%20150-1990&OpenDocument. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 5, de 22 de abril de 2005.** Estabelece os critérios e as formas de transferência de recursos financeiros ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4211-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-5,-de-22-de-abril-de-2005#:~:text=Estabelece%20os%20crit%C3%A9rios%20e%20as,Apoio%20ao%20Transporte%20do%20Escolar>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 13, de 03 de fevereiro de 2004.** Brasília, DF: Ministério do esporte, 2004c.

BRASIL. **Portaria nº 23, de 11 de março de 2004.** Brasília, DF: Ministério do esporte, 2004d.

BRASIL. Ministérios da Cidadania. **Portaria nº 123, de 27 de janeiro de 2020.** Brasília, DF: Portal do Governo Federal, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/lei-de-incentivo-ao-esporte>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Portaria nº 269, de 30 de agosto de 2018.** Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2018. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_27695940_PORTARIA_N_269_DE_30_DE_AGOSTO_DE_2018.aspx. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte.** Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2005.

CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Cinergis**, [S.l.], v. 16, n. 4, p. 529–539, 2011.

CASTELAN, L. I. A P. As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003-2010). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 8., 2011, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: CONBRACE, 2011.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. (1972). A garbage can model of organizational choice. **Administrative Science Quarterly**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTES, 1., 2004. Brasília DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2004. Tema: Esporte, Lazer e desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000176.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTES, 2., 2006. Brasília DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2006. Tema: Construindo o Sistema de Esporte e Lazer.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTES, 3., 2010. Brasília DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2010. Tema: Por um time chamado Brasil.

CORRÊA, A. J. et al. Financiamento Do Esporte Olímpico De Verão Brasileiro: Mapeamento Inicial Do Programa “Bolsa-A atleta” (2005-2011). **Pensar a Prática**, [S.l.], v. 17, n. 4, 2014.

DINIZ, R. S. **Mecenato esportivo**: o trajeto da Lei Federal de Incentivo ao Esporte em Belo Horizonte. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-ADREZM/1/projeto_de_mestrado___rafael_diniz___revis_o_final_3.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

ECHER, S. R. Entendendo a Lei Federal de Incentivo ao Esporte. **Associação Brasileira de Captadores de Recursos**. [S.l.], 17 out. 2014. Disponível em: <https://captadores.org.br/2014/10/17/entendendo-a-lei-federal-de-incentivo-ao-esporte/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FLEW, A. **Six theories of neoliberalism**. [S.l.]: Thesis Eleven, 2014.

GUIMARÃES, A. S. A bolsa-atleta eleva o desempenho de seus beneficiários? Análise do período 2005-2008. **Textos para discussão 50**, [S.l.], n. December, p. 42, 2009.

HILL, M. **The policy process: a reader**. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.

GUERREIRO, R. C. **Capital social e desempenho institucional: o relacionamento entre os agentes da lei federal de incentivo ao esporte**. 2016. 99 f. Dissertação(Programa de Mestrado Profissional em Administração - Gestão do Esporte) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

KARKOTLI, G. R. **Responsabilidade social: uma estratégia empreendedora**. 2004. 216 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MARCON, O. M. **As Regras do Jogo Mudaram: Considerações sobre as recentes alterações da Lei Pelé inseridas pela Lei n ° 12 . 395 de 16 de março de 2011**. [S.l.:s.n.], 2011.

MATIAS, W. B. et al. The Law of Tax Incentive and the (Absence of the) Right to Sport in Brazil. **Movimento**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 95–109, 2015.

NASCIMENTO, A. S. **A lei federal de incentivo ao esporte: análise do perfil dos proponentes e financiadores dos projetos esportivos (2007-2016)**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/343777>. Acesso em 01 mar. 2021.

NOGUEIRA, C. S. **Projeto de lei do Senado Número 186, de 2014**. Brasília, DF: Câmara dos deputados, 2014.

OURIQUES, Nilso. O gol contra do rei: a Lei Pele e suas consequências. **Motrivivência**, Florianópolis, v.11, n.12, 1999.

REDE NACIONAL DO ESPORTE. **Bolsa Atleta Pódio - mais recursos para os atletas de ponta**. [S.l.], 2020. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/bolsa-atleta-podio>. Acesso em: 11 mar. 2021,

REGINATTO, D. A.; SOUZA, A. O. Análise dos incentivos fiscais ao desporto e paradesporto no âmbito da Lei n. 11438/2006. **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis**, [S.l.], v. 1, n. 9, p. 1–27, 2016.

REIS, R. Políticas Públicas para o Esporte Paralímpico Brasileiro. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 428, 2014.

REZENDE, J. R. **Manual completo da lei de incentivo ao esporte**: como elaborar projetos e captar recursos através da Lei n. 11.438/06. 4. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: All Print Editora, 2012.

ROMÁRIO, S. **Emenda nº 9-PLEN**. Brasília, DF: Camara dos Deputados, 2014.

SANTOS, E. S.; JUCHEM, L.; MADURO, L. A. R. Performance sport, tax waiver and Sports Incentive Law. **Journal of Physical Education**, Maringa, v. 28, n. 1, p. 1–13, 2017.

SANTOS SILVA, D. A. Evolução histórica da legislação esportiva brasileira: do Estado Novo ao Século XXI. **Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 69–78, 2008.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006. v. 1.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 65–79, 2015.

SILVA, T. D. Ação afirmativa para ingresso de negros no ensino superior: formação multinível da agenda governamental. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 69, n. 2, p. 7-34, abr./jun. 2018.

SILVEIRA, D. O papel da razão pública na teoria da justiça de Rawls. **Filosofia Unisinos**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 65–78, 2009.

SÓLIO, M. B. Responsabilidade Social e sustentabilidade no contexto do século XXI. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 176-192, 2013.

TEIXEIRA, M. R. et al. O programa bolsa atleta no contexto esportivo nacional. **Motrivivência**, [S.l.], v. 29, p. 92–109, 2017.

VARANDA, S. S. Validação de Instrumentos na Pesquisa Qualitativa: contribuições de um professor pesquisador em formação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 4., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: EDUCERE, 2017. p. 23842–23850.

VILLANUEVA, L. F. A. **La hechura de las políticas**. San Ángel: Miguel Angel Porrúa, 1992.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.